

RUMO À IV PLENÁRIA NACIONAL DE ECONOMIAS SOLIDÁRIA



Fórum Brasileiro de Economia Solidária

CADERNO DE APROFUNDAMENTO
AOS DEBATES

novembro de 2007

APRESENTAÇÃO

{deve ainda ser feito}

ÍNDICE

Desenvolvimento na Perspectiva da Economia Solidária.....	4
1. Para início de conversa.....	4
2. Projetos de desenvolvimento	4
3. Proposta de desenvolvimento da Economia Solidária	6
4. Nossos desafios.....	8
5. Considerações Finais.....	9
6. Referências bibliográficas.....	9
Produção, comercialização e consumo solidários.....	11
1. Algumas reflexões.....	11
2. Questões para debate e reflexão.....	14
3. Propostas.....	14
4. Desafios e perspectivas.....	18
Educação/ Formação em Economia Solidária.....	20
1. Introdução.....	20
2. O que defendemos por formação e educação em Economia Solidária!	20
3. A relação da educação popular e economia solidária no fazer formação e educação	21
4. Nossas bandeiras de luta!.....	22
5. Perspectivas e provocações.....	23
Marco legal e economia solidária.....	24
1. Introdução.....	24
2. Contextualização.....	25
3. Formas jurídicas de empreendimentos solidários.....	26
4. Bandeiras e desafios.....	27
Finanças Solidárias.....	30
1. Apresentação.....	30
2. O que o Fórum Brasileiro da Economia Solidária (FBES) entende por Finanças Solidárias?.....	30
3. Quais são as práticas e acúmulos das Finanças Solidárias para o FBES?	32
4. Desafios e perspectivas.....	36
5. Dinheiro não é problema: orçamento 2007.....	37
6. Questões finais.....	37
Raça, etnia e economia solidária.....	39
1. Apresentação.....	39
2. Introdução.....	39
3. Raça e Etnia e Economia Solidária.....	39
4. Conclusão.....	41
5. Referências bibliográficas.....	41
Gênero e economia solidária: as mulheres rumo à IV Plenária da Economia Solidária.....	42
1. Apresentação.....	42
2. Introdução.....	42
3. Conceito de gênero.....	43
4. Economia solidária, gênero e mulheres.....	45
5. Divisão sexual do trabalho.....	47
6. Algumas questões para refletir.....	48
7. Indicando algumas conclusões.....	48
8. Desafios.....	49
9. Referências bibliográficas.....	49
Reflexões sobre a estrutura do FBES.....	50
1. Introdução.....	50
2. Segmentos.....	51
3. Instâncias da estrutura.....	53

DESENVOLVIMENTO NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

1. Para início de conversa

Os debates entre os formuladores, analistas e executores de programas ou políticas de desenvolvimento, enfrentam um velho confronto entre as variantes interpretativas sobre o tema desenvolvimento. Neste sentido, formam blocos que se enfrentam, sobretudo na arena da formalização de políticas públicas. Estas variantes são, por exemplo: desenvolvimento econômico, desenvolvimento alternativo, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento endógeno, alternativas de desenvolvimento, etc. São concepções e tendências que se apóiam em determinadas matrizes ideológicas e conceituais. Matrizes estas, que servem de suporte para a elaboração das propostas que disputam, a partir das "necessidades" da agenda nacional, formas de como se elaborar, implementar e avaliar estratégias de desenvolvimento de um país, região, território, etc. Em verdade, o que existe é um grande enfrentamento entre a tese do desenvolvimento econômico e de outras possibilidades de se pensar desenvolvimento. Estes debates atribuem aos planos e programas de desenvolvimento um caráter importantíssimo, principalmente pelas referências que sempre fazem aos papéis que devem desempenhar o estado, o mercado e a sociedade.

Há tempos que o mundo se depara com o debate acerca de como se encontrar maneiras de melhor equacionar o relacionamento entre o estado, a sociedade e o mercado. Vislumbrando, em mínima instância, a possibilidade de se respeitar as diversidades e buscar equidade social. Desde, por exemplo, as sugestões de Maquiavel para a sustentação de principados, de Robert Owen para o governo da Grã Bretanha, de Vladimir Lenin para a URSS e de Keynes para os EUA. Sugestões que significaram propostas de políticas, as quais objetivavam o desenvolvimento de países ou regiões. O relacionamento entre estado, sociedade e o mercado, portanto, é um dos principais pontos dos programas de desenvolvimento.

O que se pretende com esse texto é contribuir - a partir das avaliações das mais variadas experiências práticas de economia solidária vivenciadas e estudadas em todo o país, e a luz dos debates já acumulados dentro do FBES - para que se possa iniciar a criação de uma proposta de desenvolvimento, onde se contemple o papel que deve ter a economia solidária como sendo uma matriz cujo ponto cardeal principal será a efetiva possibilidade de se desconcentrar renda e poder. Nesta perspectiva, o desenvolvimento que se pretende deve ser aquele que sinaliza para uma perspectiva diferente da tese do crescimento econômico. Algo que contemple a comunidade como um todo, um tipo de desenvolvimento onde todos, unidos pela ajuda e confiança mútua e pela posse e uso coletivo de certos meios essenciais de produção ou distribuição, preservem a autonomia de produtores individuais ou familiares, estimulando o surgimento de redes e cadeias numa perspectiva de exercício da autogestão.

2. Projetos de desenvolvimento

Em um de seus artigos Rubem Alves conta a estória de um galinheiro que estava em polvorosa por causa da realização de uma assembléia em que iria se discutir a realidade conjuntural. Um dos galos líderes, o Mundico, fez um belo discurso inicial afirmando que, conforme Charles Darwin, só os mais aptos sobreviveriam e os outros morreriam. Sendo assim, sugeriu que todos os habitantes daquele galinheiro buscassem uma maneira de

se parecer com as raposas e, para isso aconselhou que passassem por uma série de reformas, de modo que pudessem alcançar os mesmos conhecimentos e aparências das raposas. As propostas foram seguidas e um tempo depois foi convocada uma outra assembléia para analisar a nova situação. No momento da reunião alguém avisa: "lá vem a raposa!". Todos tentam fugir, mas não tendo aprendido a voar, são atacados. No entanto, o galo Sesfredo, único que não tinha seguido a cartilha das reformas, não se assustou, simplesmente abriu suas asas e voou, escapando sem problemas do ataque. O caso é que o Sesfredo, enquanto os outros buscavam se parecer com as raposas foi para um urubuzau fazer um curso para aprender a voar, pois analisava que os urubus eram aves como os galos e as galinhas, mas não sofriam ataques das raposas, pois sabiam voar e ave que sabe voar, raposa não pode pegar.

Esta narrativa representa bem a trajetória da formalização de vários programas de desenvolvimento em diversos países do mundo, notadamente, os periféricos. Nestes, em grande medida, os programas são elaborados sob a referência de algum modelo que tenha tido êxito em algum outro lugar.

Na maioria dos países da América Latina, o que se percebe é que, por determinação dos agentes internacionais, do tipo Banco Mundial, que representam os interesses dos países centrais (mais desenvolvidos e economicamente dominantes), foram e são adotados programas para o desenvolvimento que possuem como fundamentos os conceitos básicos do liberalismo. O pensamento baseia-se na idéia de que no livre jogo do mercado é que se determinam e regulam-se as relações econômicas entre as pessoas, as regiões e os países. A implantação dessa política econômica tem feito e traz conseqüências sérias para os países da América Latina. Devido, dentre outros fatores, às desvantagens da divisão internacional do trabalho. Este modelo econômico tende a reproduzir as condições de subdesenvolvimento e a aumentar o abismo entre os países mais ricos e os países mais pobres. O modelo do andar de cima não serve para o debaixo porque aquele só funciona quando funcionaliza a desigualdade econômica, financeira, tecnológica e social. Além disso, a história de que o desenvolvimento que se baseia somente no crescimento econômico traz efeitos benéficos para todas as camadas da população é propaganda que serve somente aos interesses de poucos privilegiados e de seus tecnocratas que, conforme a época, chamados de "liberais" ou "neoliberais".

Depois de considerar o debate sobre o desenvolvimento ditado para "periferia" a partir do "centro", de ter passado a fase das propostas desenvolvimentistas, percebe-se, no Brasil, algumas variantes de incompreensões sobre o desenvolvimento, que procuram diferenciar-se e se aproximar das teses que consideram as estratégias de desenvolvimento a partir das próprias experiências. É a partir destas variantes que podemos fazer o debate de como a economia solidária pode se tornar uma potente matriz para a elaboração de estratégias de desenvolvimento.

Fala-se "desenvolvimento" quando está se referindo ao "crescimento" econômico. Crescimento não tem o compromisso com justiça social, diminuição de desigualdade e tampouco considera qualidade de vida porque tem como ponto central a acúmulo de riquezas. Para o desenvolvimento, não se trata aferir de lucro de qualquer maneira. O desenvolvimento considera a geração de riqueza relacionada com a distribuição, melhoria da qualidade de vida de todos e leva em conta a questão sócio-ambiental. Que crescimento é esse que endivida o futuro deixando uma conta que poderá ser impagável para as próximas gerações? Que evolução é essa que para crescer apenas uma área (por exemplo, na econômica e financeira) faz regredir outras? Ou para crescer uma região ou uma determinada cultura deve vampirizar outras regiões e outras culturas? Que evolução é essa que apenas poucas famílias se apropriam das conquistas promovidas pela história da humanidade (tecnologia) para continuar apropriando-se da energia da humanidade e das riquezas da natureza presentes? Por conta disso, é fundamental repensar o desenvolvimento que se contraponha essa visão e que sirva alternativa à concepção dominante de progresso, evolução e do denominado "desenvolvimento".

A economia solidária não é apenas uma resposta provisória e reação a uma situação. A proposta de desenvolvimento a partir da economia solidária apresenta alternativas. Ela se apresenta como perspectiva de desenvolvimento econômico e social baseado em novos valores culturais e em novas práticas de trabalho e de relação social. O desenvolvimento não se restringe ao crescimento econômico e deve abranger as relações entre as pessoas, a organização do trabalho, resgatar a dimensão humana na produção, na comercialização e no consumo. Deve rever as transformações sofridas no mundo do trabalho recuperando a relação entre trabalho e tempo livre e a questão sócio-ambiental. Estamos falando de desenvolvimento que envolve o social, o cultural, o político e o afetivo a partir do local, do espaço territorial e também no sentido mais geral, estamos falando de desenvolvimento sustentável. Estamos nos contrapondo à visão que prega que os mais fortes sobrevivem e que sobrevivem a partir de práticas e relações competitivas e individualistas. À visão que naturaliza o que não é natural e que transforma as diferenças individuais (como, por exemplo, gênero e etnia), diferenças culturais e regionais em desigualdades econômicas e sociais.

Conforme demonstra o Atlas da Economia Solidária/ 2005, as experiências apresentam resultados que combinam avanços nas construções de redes e cadeias. Além disso, apresenta variados tipos de práticas que ajudam a combinar elementos que favorecem, tanto a desconcentração da renda, quanto a desconcentração de poder, numa perspectiva, fundamentalmente, de exercício da cooperação e da solidariedade. Práticas que combinadas com autogestão constituem pré-condições extremamente favoráveis para o desenvolvimento de uma outra realidade economia e social.

Nossa proposta envolve cooperação no lugar da competição, desenvolvimento da inteligência coletiva no lugar do individualismo, gestão coletiva em vez da precarização das condições de trabalho. Concebemos o modelo de desenvolvimento não como algo acabado e próprio dos paradigmas impostos, mas como processo de desdobramento e construção partir de realidades diferentes. Nesse sentido busca-se incorporar elementos dos variados tipos de desenvolvimento como: Desenvolvimento Alternativo, Desenvolvimento Sustentável, Modelo Alternativo, Desenvolvimento Endógeno, Desenvolvimento Local e Territorial. Desenvolvimento estes em que a vida e os seres humanos são considerados os fins e não os meios. Nessa perspectiva de desenvolvimento as pessoas têm a possibilidade de ser, ao mesmo tempo, produtores, agentes beneficiários, condutores (gestores) e juizes do processo.

A partir das reflexões acima, o que buscamos é propor uma perspectiva de desenvolvimento onde o exercício da democracia direta possa estar calçado em um projeto que garanta o respeito à diversidade e promova a complementaridade das diferenças. Além do reconhecimento das capacidades, exercício das liberdades e a radicalização da democracia, por parte dos sujeitos envolvidos nesses projetos, caminha-se na direção do compartilhamento do poder, vislumbrando formas de propiciar equidade social, cultural e econômica.

3. Proposta de desenvolvimento da Economia Solidária

A combinação dos três segmentos que compõem a economia solidária propicia perspectivas e avanços de uma política organizada com estratégia mais definidas para o desenvolvimento. A existência da combinação das atividades de produção, comercialização e consumo com a visão de conjunto e estratégia de futuro pode propiciar uma dimensão de estratégia política como um todo envolvendo a Economia Solidária enquanto sociedade e enquanto a institucionalização através das políticas públicas.

Por economia solidária se compreende um projeto emancipatório que não se restringe a mitigar os problemas sociais gerados pela globalização neoliberal. Trata-se de um projeto de desenvolvimento integral que visa a sustentabilidade, a justiça econômica, social, cultural e ambiental e a democracia participativa. Ela se fundamenta na cultura da cooperação, da solidariedade e da partilha, rejeitando as práticas da competição, da exploração e da lucratividade capitalista (Ver sobre esta definição os documentos históricos do FBES, como sua Carta de Princípios e Plataforma de Luta, que podem ser encontradas no sítio www.fbes.org.br).

A economia solidária e a autogestão vêm associadas à questão da autonomia e autodeterminação. Isso requer que se invista no desenvolvimento de uma cultura avessa à dependência, à exploração e à política de dominação. Quando se fala de exploração está se fazendo referência principalmente à exploração econômica não só de um sobre os outros, mas também de um grupo sobre outro, de uma unidade produtiva sobre outra.

A exploração econômica não se dá apenas através da relação de trabalho no interior de um empreendimento ou de uma empresa: pode-se dar em rede, por exemplo, através da cadeia produtiva que muitas vezes submete uma empresa ou empreendimento ao controle e exploração de outras ou de outros. Pode se dar também pelo processo de comercialização quando os resultados finais são apropriados por apenas alguns (indivíduos ou elos de uma determinada rede) ao invés de fazer o compartilhamento proporcional daqueles resultados.

O processo de constituição de empreendimentos solidários e de autogestão significa, antes de tudo, elaborar alternativas, pressupondo um incessante trabalho crítico tanto no sentido de negar (na teoria e na prática) o que se quer superar, quanto no de construir o novo a que se propõe.

A promoção de novas formas de relacionamento e de administração dos interesses envolve necessariamente uma gama enorme de elementos que de alguma forma interferem na vivência das pessoas e dos grupos. É necessário trabalhar muitas vezes conceitos, informações, juízos de valores que estão incorporados como naturais, assim como atitudes e gestos inconscientes. Por conta disso, afirmamos que a construção de novas relações e novas atitudes exige que se trabalhe com saberes, desejos e fantasias.

A autogestão é um processo vivo no qual tanto o trabalho quanto o relacionamento interpessoal devem caracterizar-se como atividade essencialmente humana, de forma que sujeitos possam exercer sua atividade de modo prazerosa, sem que se dissociem da produção e da deliberação. Afinal, produzir e decidir são partes integrantes do processo do trabalho e da vida.

Compreender a atividade produtiva como gestão democrática requer um trabalho permanente de incentivo à inteligência coletiva. Incentivo tanto no sentido de capacitar os/as trabalhadores/as e garantir a sustentabilidade do empreendimento, quanto no sentido de sensibilizar o conjunto dos/as trabalhadores/as para as novas relações de trabalho e de organização coletiva. Tudo isto sem perder de vista que viabilidade dos empreendimentos e empresas depende tanto dos aspectos objetivos quanto dos subjetivos: combinar a área econômico-financeira com a organizacional.

Investir na organização dos/as trabalhadores/as e, simultaneamente, na gestão do negócio significa que é necessário a distinção, de forma clara, das duas áreas. Significa que devem ser tratadas de formas distintas, porém combinadas. Isto é, relacionar simultaneamente a esfera da gerência e administração do negócio com a área de relação e organização. Pois, o espaço das relações solidárias e o espaço do negócio geralmente apresentam conflitos. Contudo, os conflitos, por sua vez, requerem um tratamento permanente e adequado, de forma que possam servir de elemento gerador não só de conscientização, mas de estímulo no sentido de se buscar a superação através de novas perspectivas e novas dimensões nas relações de trabalho e de vida.

Embora se diga que a economia solidária privilegie o desenvolvimento local e territorial, não se deseja afirmar que estejam excluídas as perspectivas ampliação e de busca de relacionamento com outros locais, outras regiões e o intercâmbio através do mercado. Afinal, desenvolvimento também se dá pela comercialização e troca solidária entre um local e outro. Quando se privilegia o local e o territorial está se dando ênfase à sinergia que redes e cadeias produtivas promovem no processo de produção, comercialização e consumo. Está se considerando o desenvolvimento, de baixo para cima, que também se dá através de trocas solidárias e uso de moedas sociais que de alguma forma propiciam condições para participação mais direta nas decisões que envolvem a vida em comunidade.

Estamos afirmando que a autogestão é a escola da democracia plena, pois é no local que se decide diretamente sobre as questões prioritárias e se promove o exercício do controle do negócio, das atividades econômicas, culturais, políticas e sociais. É no território que se promove o espaço da cidadania e as condições para exercer controle social e coletivo.

Referindo-se à necessidade de afirmar o protagonismo das bases da sociedade na gestão pública e de inverter os padrões dos modelos de desenvolvimento no sentido de superar as desigualdades, Caio Silveira (na Revista Trimestral de Debates da FASE) diz: "A idéia-força do desenvolvimento local está ligada ao entendimento de que as dinâmicas geradoras de desigualdade e exclusão não podem ser desconstruídas pelo alto, ou seja, por sistemas de decisões externos ao poder constituinte das populações locais. Trata-se de perceber os territórios não como pontas dos sistemas de fluxos, mas como centralidades instauradoras de novos vínculos, invertendo a associação tradicional entre ações verticais e ações de mudanças estruturais".

Se desenvolvimento local se dá pela sinergia graças à afluência de diversos elementos constitutivos da vida na sociedade, é avesso ao isolamento e à regressão que possa decorrer disso. Desenvolvimento solidário significa entender a tecnologia como fruto de desenvolvimento acumulado através da história da humanidade. Se a solidariedade se dá no presente (relações econômicas e sociais entre as pessoas), no futuro (sustentabilidade sócio-ambiental versus endividamento para as novas gerações), deve se dar também com relação ao passado através da apropriação e controle democráticos das denominadas "tecnologias". Mas o que são as tecnologias? Como vimos desenvolvimento não é apenas crescimento econômico e/ou financeiro, tecnologia também não é somente a chamada "alta tecnologia" ou "tecnologia de ponta". Ela significa saber, processo, modo, método, instrumentos e organização.

Por fim, se considerarmos as questões acima relacionadas, as definições e debates acumulados e os documentos que foram produzidos pelo FBES em seus vários encontros e pela I Conferência Nacional de Economia Solidária, pode-se vislumbrar a possibilidade de, pensando uma estratégia nacional de desenvolvimento, elaborar e desenvolver políticas que servirão de elos com outros programas de desenvolvimento nacional adotados no país, que podem dialogar com os debates e reflexões apresentados nos itens anteriores.

Desta maneira teremos chances mais concretas de, efetivamente, ter a economia solidária como matriz transversal aos mais variados projetos, políticas e planos que podem dar visibilidade de um verdadeiro "novo tipo" de desenvolvimento.

4. Nossos desafios

Para que a economia solidária possa servir de matriz para orientar uma política de desenvolvimento precisa examinar questões centrais que não podem ser esquecidas.

De algumas delas, nunca é demais lembrar:

- avançar e garantir os direitos dos (as) trabalhadores (as);

- reforçar, aprimorar e radicalizar no exercício da democracia;
- estimular o reconhecimento de espaços para a prática das capacidades, suprimindo as necessidades e respeitando a diversidade e a evolução das habilidades;
- reforçar as sinergias com o Estado, principalmente, garantindo o controle social das políticas públicas;
- estreitar o relacionamento com outros movimentos sociais e com os demais setores organizados da sociedade no sentido de se construir uma agenda nacional de luta e de reivindicações que garantam o pleno exercício da cidadania, cooperação e solidariedade.
- fomentar uma cultura voltada à autonomia, no lugar da dependência e da relação de dominação e exclusão.
- propiciar amadurecimento cultural necessário para que se relacione adequadamente com o mercado, sabendo fazer distinção com as práticas solidárias, tão caras ao intercâmbio e desenvolvimento no campo da economia solidária.
- constituir coletivo de formação/capacitação profissional e de assessoria com metodologia voltada à promoção de autonomia necessária para desenvolvimento de autogestão e solidariedade.
- garantir que as bandeiras do comércio justo e solidário, assim com as questões ambientais, não sejam descaracterizadas ou “esquecidas” pela emergência dos empresários oportunistas e da indústria do comércio justo, ético, responsável e solidário.

5. Considerações Finais

Um projeto de desenvolvimento que tenha nos fundamentos da economia popular e solidária sua matriz conceitual e ideológica deve buscar muito mais que resultados econômicos. Deve buscar resultados que sinalizem para uma efetiva proposta transformadora, servindo, portanto, de arena na qual os sujeitos envolvidos – inclusive o estado – terão papéis importantíssimos.

Com efeito, há que se pensar num desenho gerencial para o programa, que tenha como ponto cardeal o fortalecimento das organizações e representações locais, caracterizando assim uma nova institucionalidade.

Os resultados deste programa devem ser avaliados por seus efeitos sociais, econômicos, culturais e políticos. Além disso, pelo efeito na mudança da vida das pessoas envolvidas, que no caso específico contempla, prioritariamente, o afastamento da exclusão social e como visão estratégica a aniquilação da pobreza e da desigualdade social.

Se um projeto de desenvolvimento, a partir das concepções e dos fundamentos da economia solidária contribuir para que a população possa se voltar para a reflexão de seus reais problemas, tenderá a ser multiplicado e incentivará as populações para que aprendam com seus pares a descobrir seus próprios caminhos e suas próprias necessidades, habilidades, capacidades e forma de exercício do poder.

Um desenvolvimento pensado a partir destas concepções vai requerer, num prazo não muito longínquo, um conjunto de ações que sinalizarão para um novo desenho de sociedade e da vida.

6. Referências bibliográficas

- ALVES, Rubem. Os saberes de cada um. In: **Caderno Sinapse da Folha de São Paulo**. São Paulo, p. 9, 28/01/2003.

- Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasília: MTE/SENAES, 2006.
- ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.
- CNDRS. **Desenvolvimento sustentável no Brasil rural**. (2ª versão). Brasília: Conselho nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Impresso, 48 p. ago. 2002.
- DELGADO, Nelson Giordano; Romano, Jorge O. **Sobre o fórum social mundial**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ. 2003. (Digitalizado).
- FIORI, José Luís. **O vôo da coruja: uma leitura não liberal da crise do estado desenvolvimentista**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1995.
- FURTADO, Celso. O subdesenvolvimento revisitado. In: **Revista Economia e Sociedade**. Campinas: UNICAMP, p. 5-19, ago. 1992.
- GRAZIANO, José. **Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento?** In: *Texto para discussão n. 2*. Brasília: MDA/CNDRS/NEADR, p. 5-52, 2001.
- HIRSCHIMAN, Albert. **A economia como ciência moral e política**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.
- INSTITUTO CIDADANIA. **Projeto fome zero**. <<http://www.icidadania.org.br> .
- LISBOA, Armando. **Desenvolvimento uma idéia subdesenvolvida**. (smf)
- OLIVEIRA, Benedito Anselmo Martins de. **As cooperativas populares e seus desafios, limites e possibilidades: casos de cooperativas da cidade do Rio de Janeiro**. 2006. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.
- ROMANO, Jorge O . **Empoderamento: enfrentemos primeiro a questão do poder para combater juntos a pobreza**. Rio de Janeiro: ACTIONAID. Impresso, ago. de 2002.
- SANTOS, Boaventura de Souza e. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2002.
- SEN, Amartya. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro e São Paulo: Ed. Record, 2001.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2000.
- SEN, Amartya. O desenvolvimento como expansão das capacidades. **Revista Lua Nova**. São Paulo, n. 28/29, 1993.
- SINGER, Paul. **Desenvolvimento: significado e estratégia** (textos para debates, in: www.mte.gov.br)
- SILVEIRA, Caio. Conexões entre desenvolvimento local, economia solidária e tecnologia social. 2007. Rio de Janeiro, **Revista Proposta**, n. 112.

PRODUÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E CONSUMO SOLIDÁRIOS

1. Algumas reflexões

Falar em Produção, Comercialização e Consumo é tratar de um aspecto essencial da economia solidária. Por isso, mesmo sendo um assunto complexo e diversificado, deve ser o nosso debate prioritário neste período de IV Plenária. Há necessidade de traçarmos estratégias no sentido de chamar a atenção para a questão que é crucial para os empreendimentos solidários. Para isto, basta observar nos documentos internos, de nossos encontros e reuniões, quantas vezes este tema foi abordado (veja Banco de deliberações do movimento de Economia Solidária rumo à IV Plenária Nacional, na página internet do FBES).

O movimento já acumulou muitas propostas e reivindicações, porém muita coisa já vem acontecendo, neste país afora: a cadeia do algodão, da semente, do mel e muitas outras, as feiras, os espaços fixos e centrais de comercialização, os clubes de troca. Estes são alguns exemplos do que temos construído.

Temos muito acúmulo de experiências que precisam ser sistematizadas e socializadas para todos e todas, para que, possam, por um lado, ser adaptadas e replicadas dentro do movimento e, por outro lado, virar políticas públicas, criar referenciais, padrões e indicadores. É papel fundamental para a academia e as entidades de apoio e assessoria avançar nesta sistematização: as experiências de tantas redes de produção, comercialização e consumo, experiências de feiras permanentes, itinerantes e pontuais, experiências de articulação com consumidores, experiências de governos populares e democráticos, etc.

Alguns critérios a serem observados na produção, comercialização e consumo:

Igualdade de gênero

Gestão democrática e participativa

Condições de trabalho adequadas

Práticas ambientais sustentáveis

Respeito e valorização do produtor

Pagamento do preço justo e prêmio social

Manutenção de uma relação comercial duradoura

Não praticar a consignação

Pré-financiamento da produção quando solicitado

Garantir informação ao consumidor

Consumo solidário: capacidade e organização das pessoas ou instituição pública ou privada, escolher serviços e produtos que contribuam, de forma ética, para a melhoria de vida de cada um, da sociedade, e do ambiente.

1.1. Produção

O **processo produtivo** representa o núcleo gerador de riqueza, agregador de valores, por meio da transformação de matérias-primas em produtos. Para a economia solidária, ao contrário da concepção taylorista-fordista¹, não se pode olhar de forma

¹ A concepção taylorista-fordista caracteriza-se pela produção em massa e em série de mercadorias padronizadas, aspectos que demandavam dos trabalhadores capacidades cognitivas relacionadas à memorização de conhecimentos

compartimentada. Há necessidade de se dar conta do fluxo produtivo, em que está inserido e saber de toda a cadeia produtiva e que conseqüências traz para a sociedade, para a saúde e para o meio ambiente. Dentro desta concepção mais abrangente, a qualidade não se limita ao produto, mas envolve todo o processo econômico.

1.2. Organização da produção

Quanto ao **escoamento dos produtos** e à logística, no mercado capitalista a esmagadora maioria da produção agrícola é vendida para pequenos e médios atravessadores que revendem para grandes atacadistas. Normalmente, o produto é beneficiado, embalado e vendido para todo o Brasil. Muitas vezes, como um bumerangue, o produto volta para ser comercializado no mesmo local onde foi produzido. É importante pensarmos que, inicialmente, o melhor mercado para a economia solidária é o mercado local ou no máximo o mercado regional, principalmente, para os produtos alimentícios.

1.3. Comercialização

Para garantir a **comercialização**, é necessário pensar em um sistema de distribuição e infra-estrutura eficientes. Um sistema integrado que permita alcançar os consumidores diretamente. Daí a importância de pensar a comercialização nos territórios, fortalecendo as redes, cadeias, feiras locais, etc. Não podemos esquecer a questão do abastecimento local. Ou seja, necessariamente incidir na política pública local (vários municípios). Desta forma, o fortalecimento das políticas públicas e dos mercados públicos como espaços de comercialização de todos os produtos existentes no território, é fundamental.

A feira tem um significado para a identidade cultural. É um espaço de trocas, intercâmbios e articulações com todos/as os/as habitantes. É, portanto, o espaço de relação direta entre produtores e consumidores. Precisamos de uma política pública que garanta condições dignas de comercialização para a economia solidária. Ou seja, devemos disputar desde o território o lugar da economia solidária.

No que tange a alimentação, sabemos da necessidade de garantir nos locais o consumo de produtos regionais, assim como temos que fomentar a diversidade e cultura de cada região. Resgatar a produção agrícola histórica e esquecida, ou mesmo abafada pelas monoculturas e uniformização dos produtos de consumo ("macdonaldização"). Outros produtos utilitários, artesanatos, roupas e tantos outros, o mercado local também pode ser uma das prioridades. Em muitos casos é mais aconselhável vender para fora, uma vez que o mercado local pode estar saturado, ou ainda, no caso do artesanato, noutros locais é novidade. Principalmente no artesanato, é preciso pensar e discutir com os grupos envolvidos formas de alavancar e buscar novas tecnologia, para inclusive fugirmos do estigma de que "só tem pano de prato".

1.4. Consumo

Falando da comercialização não podemos deixar de falar do **Consumo Responsável e Solidário**. Somente com uma ação forte junto aos consumidores poderemos mudar o padrão das relações comerciais. A campanha de divulgação e crescimento da economia solidária deveria estar muito voltada para atender ao consumo.

e repetição de procedimentos numa determinada seqüência; além da uniformização de respostas, a separação entre tempos de aprender e tempos de repetir procedimentos práticos. Quanto à dimensão ideológica das relações de produção, há controle mediante a fiscalização externa, através da presença de inspetores, gerentes, supervisores, presentes no interior do espaço produtivo.

É preciso explicitar as relações, as ações e as conseqüências dos atos das grandes corporações: O que estamos apoiando de fato ao consumir um determinado produto? O que estamos apoiando de fato ao consumir outro tipo de produto? E assim por diante.

Mostrar as qualidades e os benefícios de nossos produtos e serviços, também, é uma forma de conscientizar para o consumo solidário. No entanto, não é somente a questão social que sensibiliza. Mas, também, a qualidade, a diversidade da produção e o preço. Isto afeta inclusive diretamente os empreendimentos, quando estes precisam repensar a sua produção.

Ao falar do Consumo Solidário, não podemos deixar de refletir a importância de espaços fixos de comercialização, onde nossos produtos possam ser encontrados. Só assim teremos condições de realmente garantir um público consumidor. O grande problema em muitos lugares é ter acesso aos produtos, sobretudo alimentares. Não há uma estrutura a disposição e o contato com os empreendimentos é muito difícil pela distância. Outro espaço alternativo, que ainda é pouco explorado, é a organização dos consumidores.

Existe ainda a complexidade em alcançarmos a capacidade de responder ao consumo de massa. Bem, isto é um longo processo. Há uma dinâmica entre as nossas intenções e vocações e a realidade da economia solidária. Nisso reside a tensão da integração e da articulação com a economia capitalista. Aqui entra a importância estratégica das atividades de formação e capacitação adequada à autogestão. Mas, também o fortalecimento do espaço público como o "lugar" da ação política e da reflexão dos sujeitos sociais. Por isso, não adianta uma legislação que não tenha como referência a construção política e social dos sujeitos a partir de onde eles e elas estão e atuam. complexidade também está na expansão da capacidade de produção. Aí temos um risco enorme, mas impossível de evitar.

É nesse ponto que se tornam estratégicas as redes e cadeias produtivas, que por sua vez necessitam acesso às políticas de diversos aspectos, tais como financiamento, agregação de valores, desenvolvimento tecnológico, etc.

1.5. Mercado

Fala-se muito em criar novos mercados. Seria, por exemplo, conseguir vender um produto de uma cidade para outra que ainda não se vendia? Isso é um novo mercado? Mas, se quem não vendia antes passa a vender neste ano, quem deixa de vender? Quem vendia até então? Temos duas opções: ou o mercado consumidor cresceu ou algum outro produtor de algum outro lugar deixou de vender. Esta fórmula sempre trará disputa, na medida do crescimento, mesmo entre empreendimentos solidários. Portanto, o apoio para que o beneficiamento e a venda se dê o mais próximo possível do local da produção é o mais lógico, é o mais econômico (não gasta diesel, energia e tantas outras coisas) e possibilita uma relação com os consumidores.

Nesta perspectiva, é preciso que avancemos na discussão sobre qual a concepção de mercado que orienta as nossas ações no cotidiano. E a definição de contornos mais claros sobre que mercado temos e que mercado queremos. Concretamente, como fazer comercialização de forma justa e solidária?

Mesmo que no momento atual tenhamos que nos articular com o mercado capitalista - estamos falando em *articulação* e não em *inserção* ou inclusão - o que queremos construir a longo prazo, é preciso fazê-lo estrategicamente desde já. Para construir o novo, existe uma relação de desafios.

2. Questões para debate e reflexão

- Produção, Comercialização e Consumo, é prioridade. Como fazer com que esta prioridade ganhe espaço, desde os territórios, onde está situada a produção?
- Outra grande questão a ser tratada: a criação de estruturas de beneficiamento, armazenamento e distribuição sob controle estratégico das organizações solidárias, e regulamentadas com este princípio; o abastecimento tem relação direta com a política pública. Aqui temos restrições no marco legal (as licitações públicas). O que fazer?
- O que precisamos? Qual a logística necessária?
- Muitos falam em novos mercados, e com isso não podemos deixar de nos questionar: quais mercados? É possível criar outros mercados? Como seria isso? O que é criar novos mercados, sem entrar numa lógica de concorrência e buscando a cooperação?
- Comercialização é troca, seja em moeda, seja em produtos. Entretanto, temos que nos desafiar a discutir concretamente como fazer. Para garantir a comercialização, precisamos fazer alguns questionamentos. Os nossos produtos são atrativos? São diversificados? Têm qualidade e preço justo?

3. Propostas

Visando atender a estas demandas, vocações e necessidades é que o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) apresenta as principais propostas que estão em debate nacional, a partir de articulações entre o movimento social e órgãos públicos federais, em especial na Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE), e na Secretaria de Desenvolvimento Territorial no Ministério de Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA) e apoiados e debatidos por outros tantos.

O desenvolvimento de Grupos de Trabalhos (GTs) de debate e de consultas chegaram às seguintes proposições abaixo apresentadas. Estas proposições, após serem amplamente debatidas, devem se transformar em políticas públicas que possam contribuir para potencializar a organização dos Empreendimentos de Economia Solidária (EES) e Agricultura Familiar, favorecendo processos e organizações já implementados ou em implementação nos territórios econômicos.

As principais propostas em desenvolvimento pelo movimento em conjunto com todos estes atores atualmente são os SECAFES e o Sistema Brasileiro de Comércio Justo e Solidário, apresentados abaixo:

3.1. SECAFES – Sistemas Estaduais de Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar e Economia Solidária

Vários são os problemas que enfrentam os produtos oriundos da produção familiar e dos empreendimentos da economia solidária no meio rural, como por exemplo: a dispersão da produção; inadequações de escala e negociação de contratos; a dificuldade de adequação a padrões sanitários e de qualidade; dificuldades no escoamento da produção. Portanto, os agricultores familiares, pescadores, artesãos, entre outros, só obtêm maior possibilidade de se apropriarem do valor gerado no sistema produtivo, através do aproveitamento de economias de escala, organização da produção (cooperativas, redes, verticalização etc.) e pelo aprimoramento e/ou incorporação de novas tecnologias de produção (desenho de novos produtos, matéria-prima, marcas etc.).

A questão da segurança alimentar e nutricional dos produtores torna-se central, e deve orientar a busca de suporte para o estabelecimento de condições contratuais mais justas e solidárias no processo de comercialização.

É com vistas à superação dessas condições que surge a proposta de fomento a iniciativas de comercialização e sua articulação em um sistema estadual, que buscará apoiar a inserção dos produtores familiares e grupos autogestionários nos mercados locais, nacional e externo, orientando-se pelas características de seus produtos e pela opção por um modelo de relações produtivas mais justas e solidárias.

Em todas as propostas orientadas para o Desenvolvimento Rural Sustentável as questões relacionadas à comercialização dos produtos da agricultura familiar e empreendimentos da economia solidária assumem grande relevância, tanto no plano teórico quanto na prática diária de seus atores.

É através da comercialização que se efetiva a transformação dos produtos em renda aos produtores e que se completa o circuito de dinamização econômica de qualquer economia. Portanto, para que a comercialização possa de fato permitir aos produtores a apropriação do valor por eles gerado é fundamental que se faça uma nova abordagem de geração de trabalho e renda, sob uma ótica não exploratória nas relações de produção, consumo, comercialização.

O objetivo do SECAFES está em possibilitar o fortalecimento da organização dos produtores/as e da produção, com base em formas associativas, desde as mais simples até as mais complexas, buscando aumentar o seu poder de governança nas cadeias produtivas onde se inserem e, conseqüentemente, incrementar o seu nível de renda. Esse objetivo pode concretizar-se por duas vias:

- obtenção de melhores preços na venda dos seus produtos.
- obtenção de insumos de serviços de boa qualidade e a custos mais baratos, diminuindo conseqüentemente os custos da produção.

Os SECAFES consistem num conjunto de ações ligadas diretamente ao processo de comercialização no âmbito da agricultura familiar e economia solidária, sendo formado por um conjunto de atividades e parcerias integradas no apoio ao processo de comercialização. Visa articular as políticas e projetos já disponíveis desde as unidades familiares de produção até as cidades de maior porte em cada território. Entre tais ações de apoio, figuram como de maior importância:

- Beneficiamento da produção;
- Agroindustrialização;
- Venda direta aos consumidores (feiras livres, mercados públicos, pontos de vendas, etc.);
- Distribuição;
- Transporte e armazenamento.

O que são e como funcionam as Bases de Serviços de Apoio à Comercialização (BSC) dentro do SECAFES?

As BSCs são institucionalidades que prestam um ou mais tipos de serviços (especializados ou não) de apoio ao fortalecimento dos sistemas de comercialização, como o SECAFES, tanto de bens quanto de serviços produzidos em unidades familiares e empreendimentos solidários no meio rural e urbano.

As Bases de Serviços são estruturadas a partir de competências locais que possam ser aperfeiçoadas através de formação técnica centrada nos elementos e funções da comercialização.

Os/as trabalhadores/as a serem formados e o processo de gestão das BSC's devem ser originados de maneira equilibrada, tanto de profissionais liberais prestadores de serviços atuantes na região, como de técnicos e dirigentes de cooperativas e associações e também de jovens agricultores cujas unidades produtivas estejam no âmbito de ação da respectiva BSC. Lembra sempre que são os/as trabalhadores/as que vão gerir. Por conta disso, eles/elas devem estar organizados/as e capacitados/as.

A atuação das BSCs nos estados convergirá para a formação de redes solidárias, de modo a abranger a comercialização nos espaços locais, territoriais e estaduais.

3.2. SBCJS – Sistema Brasileiro de Comércio Justo e Solidário

Para entendermos melhor como chegamos à proposição de um Sistema Brasileiro de Comércio Justo e Solidário (SBCJS) é preciso retornar aos idos do ano 2000 onde diversos grupos de produtores e produtoras (principalmente do artesanato) já estavam exportando. Aí já se tem um início do fortalecimento e organização da Economia Solidária e muitas ações de fortalecimento da Agricultura Familiar. De 2001 a 2003 muitas atividades e organizações de produtores e de apoio já discutiam o Comércio Justo e Solidário, criando-se inclusive algumas organizações específicas, articulações e plataformas sobre o tema.

No ano de 2005 é criado o GT Produção, Comercialização e Consumo Solidário e dentro deste GT foi criado, em 2005, o Sub-GT denominado de Sistema Brasileiro de Comércio Justo Ético e Solidário. No ano de 2006 no I Seminário Nacional do Sistema Brasileiro de Comércio Justo e Solidário (realizado junto à Feira Nacional de Cultura e Economia Solidária realizada em São Paulo) é criado o GT Interministerial para Construção do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário composto pelo Fórum de Articulação para o Comércio Ético e Solidário do Brasil (FACES do Brasil), FBES, ECOJUS, SENAES, Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) e SDT.

Então temos um processo em curso no Brasil, no sentido de garantir concretamente o estabelecimento da coordenação de um fluxo diferenciado de comercialização que possibilite o fortalecimento dos empreendimentos, tendo o desenvolvimento de uma política de fomento e promoção dos produtos e serviços garantindo ao mesmo tempo uma identidade nacional a esse comércio. Este sistema está em debate há pelo menos um ano; todos e todas temos de nos apropriar desse debate e melhorá-lo ao máximo. Então vamos debatê-lo, vamos ver o que já foi proposto, o que já foi feito, o que tem de idéias, etc.

O que é o SBCJS?

O SBCJS se propõe a ser o conjunto integrado de conceitos, regras e procedimentos, com validade em todo o território nacional. É um conjunto ordenado de parâmetros que delimitam as relações de produção, prestação de serviços e comercialização, que caracterizam o Comércio Justo e Solidário no Brasil, seus agentes normas e as relações entre os mesmos.

Terá seu reconhecimento pelo Estado Brasileiro a partir da aprovação de uma Instrução Normativa (IN). Tem como função o reconhecimento, a valorização e o fomento às novas práticas e novos mercados, com fluxos diferenciados e alternativos ao padrão capitalista. Deverá ainda, atender as normas vigentes quanto às informações que devem constar nas embalagens, os produtos e serviços reconhecidos como Justos e Solidários deverão conter uma identificação padrão (selo), de caráter nacional, a ser registrada na regulamentação que o criar.

Os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) reconhecidos pelo Sistema Brasileiro de Comércio Justo e Solidário serão registrados e monitorados segundo a normatização da Instrução Normativa que está em discussão. O SBCJS será controlado e gerido pela Comissão Nacional de Comércio Justo e Solidário (CNCJS) e por cinco comissões regionais de Comércio Justo e Solidário (CRCJS).

Objetivo do SBCJS

O SBCJS vem se construindo com o duplo desafio de estabelecer uma política de regulamentação do tema, que garanta uma uniformidade nacional e mecanismos de identificação dos produtos e serviços executados ou produzidos pelos mesmos, com uma política de fomento público de reconhecimento e fortalecimento das experiências práticas de produção, comercialização e consumo alternativos e solidários já em curso no país.

Ou seja, não se trata de construir um sistema puro de monitoramento e certificação de cadeias justas de comercialização. Mas, também, uma política de estímulo a tais cadeias como mecanismos de fortalecimento da produção, comercialização e consumo solidários, em suas potencialidades de redução da má distribuição de renda e de geração de desenvolvimento local sustentável.

Assim, o SBCJS se constitui em um processo tanto político quanto econômico. Político, pois institucionaliza publicamente o potencial de transformação social que o tema Comércio Justo tem, na medida que se impõe como alternativa (de longo prazo) a exclusão e as injustiças geradas pelas transações comerciais convencionais. E econômico, pois pretende identificar e fortalecer relações comerciais concretas, baseadas em outros princípios que não os convencionais, proporcionando soluções a curto e médio prazo a grupos produtivos, comerciantes e consumidores que já se somam a esta proposta.

Este duplo elemento impõe um desafio ao SBCJS de buscar mecanismos de reconhecimento de conformidade que não sejam excludentes e sim estimuladores. Ou seja, que equilibrem credibilidade dos princípios e critérios (e por tanto, o valor socioambiental agregado aos produtos e serviços) com ações que estimulem cada vez mais e mais produtores, comerciantes e consumidores a mudarem suas práticas rumo ao cumprimento de tais princípios e critérios.

Para atender a tais demandas, duas estratégias estão sendo postas em marcha, no quadro de formulação do SBCJS. Uma delas é a estrutura do conteúdo do texto da normativa pública que comporta distintos elementos de maneira integrada. A outra é a dinâmica de funcionamento do SBCJS que se esta colocando para depois da promulgação da normativa jurídica, com dois níveis de reconhecimento de conformidade, um para empreendimentos e outro para produtos.

Como se organiza o Sistema Brasileiro de Comércio Justo e Solidário

O SBCJS é composto de quatro elementos fundamentais, que são:

- a) *conjunto dos princípios e critérios* que caracterizam as relações comerciais justas e solidárias;
- b) os *mecanismos e as regras de avaliação de conformidade* que garantam, monitoramento e identificação tais relações;
- c) uma dinâmica de *gestão do SBCJS* a ser feita por estruturas formadas por representantes da sociedade civil e do governo, e,
- d) uma política de *fomento público* ao tema contendo projetos e ações públicas de pelo menos dois ministérios, o Plano de Ação e Fomento Integrado ao Comércio Justo e Solidário (PAFIS-CJS).

Principais pontos de debate do SBCJS

O texto final da normativa pública está em fase conclusiva de elaboração devendo passar pela última consulta pública antes de sua promulgação oficial, prevista ainda para este ano de 2007. Assim, alguns pontos são fundamentais de serem discutidos para que o FBES tenha uma posição concreta a ser defendida no GT SBCJS. São eles:

- *Beneficiários diretos*: individuais, familiares ou supra-familiares (EES)?
- *Política de Fomento – PAFI-CJS*: como garantir incremento desta política e efetiva integração de ações e projetos dos distintos setores governamentais envolvidos?
- *Sistema de Controle e Gestão*: serão comissões regionais ou estaduais? Como será a sua composição (% de produtores, de sociedade civil em relação ao governo, etc)?
- *Mecanismos de melhoria contínua do SBCJS*.

4. Desafios e perspectivas

O Comércio Justo e Solidário é uma construção social, que não vai chegar pronta, via SBCJS e SECAFES, devendo ser construída no dia-a-dia, a partir da prática de relações comerciais diferenciadas, .

Estes são os principais temas em debate no campo da produção, comercialização e consumo. Pensamos com isso sair do muro das lamentações e ir direto às principais proposições. A participação das diversas organizações que trabalham com estes temas é fundamental, a participação dos Empreendimentos Econômicos Solidários e da Agricultura Familiar também, pois, somente o debate poderá trazer a realidade, os desafios e propostas que estão espalhadas por todo o país.

Dentre as ações governamentais, também temos o Programa de Promoção do Comércio Justo e Consumo Consciente - Feiras em Rede de Economia Solidária e Agricultura Familiar no Brasil. Este tem sido um programa importante de divulgação e comercialização da economia solidária. Contudo, este programa ainda se caracteriza pela sua eventualidade. Por conta disto, devemos refletir sobre:

- como evoluirmos das feiras como eventos, para as feiras como estratégias de inserção de nossos empreendimentos na vida econômica diária das comunidades onde estes empreendimentos estão localizados?
- o que devemos fazer para aproveitar, por exemplo, os espaços das feiras públicas semanais que em boa parte dos municípios brasileiros, já existem? Criando "territórios" (espaços) da economia solidária nestas feiras?
- como garantir que o Programa de Feiras, por exemplo, tenha um volume de recursos, minimamente duplicado, já que as feiras podem se transformar na grande porta de entrada da economia solidária?

O que significa a produção de mandioca, milho, feijão e outros produtos básicos de nossa alimentação? tanto que uma política baseada na exportação que não garante sustentabilidade nem segurança alimentar.

Devemos interiorizar e praticar dentro de todo o território brasileiro. A segunda prioridade é a integração com a América Latina. Iniciar lentamente um processo de articulação solidária entre as redes de economia solidária desta região, promovendo a comercialização de produtos.

Como desenvolver um processo de interação nas redes de economia solidária de forma que um elo da cadeia produtiva não explore outros elos? Por exemplo, na reciclagem, como fazer que os benefícios da cadeia final sejam distribuídos de forma justa e solidária entre os trabalhadores e trabalhadoras? Para isto, cada integrante da cadeia deve participar dos resultados finais, entendendo participar como saber, decidir e poder partilhar dos resultados. Pensando nas relações com a América Latina, como fazer com que a diversidade regional, cultural, tecnológica e étnica não se transformem em

desigualdade social e econômica através de um rede que reproduza a exploração. Esta não seria a melhor maneira de combater o trabalho escravo de nossos dias, como o que acontece com os cidadãos migrantes de países vizinhos?

EDUCAÇÃO/ FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

1. Introdução

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), em sua II Oficina Nacional sobre Formação em Economia Solidária, em abril de 2007, a partir do acúmulo de discussões do movimento, elaborou uma definição de metodologia de formação/educação em economia solidária que incorpora os princípios e perspectivas da educação popular.

“O FBES, em sua metodologia, incorpora a participação, não como uma técnica, mas como uma estratégia fundante da valorização dos diversos saberes, superando, pela prática educativa, a separação entre trabalho manual, trabalho intelectual, trabalho produtivo e trabalho reprodutivo.”

(Relatório da II Oficina Nacional sobre Formação em ES)

Educação popular que contribua para organização de novas formas de produzir, comercializar, consumir e distribuir riquezas, ou seja, outras formas de organizar processos econômicos gerando solidariedade, cooperação e equidade.

A metodologia autogestionária, orientada pelos princípios da educação popular, visa contemplar a participação radical de todos/as os/as envolvidos/as nos processos de decisão, seja no planejamento, na realização, na avaliação e na sistematização das atividades. Essa participação diária geraria uma nova cultura: a *cultura autogestionária*.

Cultura autogestionária quer dizer reconhecimento e convivência com a diversidade de expressões humanas, que juntas, constroem uma nova sociedade. Ela elabora metodologias que privilegiam a diversidade de linguagens (seja gestos, danças, música, novos termos, glossário para facilitar a compreensão), respeitando os tempos de aprendizagem, os repertórios, as expectativas e condições existentes em diferentes contextos.

2. O que defendemos por formação e educação em Economia Solidária!

A realização apenas de cursos não é formação e educação em economia solidária.

Fazer educação e formação para economia solidária e para autogestão significa desconstruir a cultura “neoliberal” para construir outra sociedade, com novas práticas sociais, políticas, econômicas e culturais. Educação e formação são aqui entendidas como processos integrais que envolvem valores e práticas bases para que indivíduos construam sua autonomia, sendo sujeitos da história e comprometidos com a construção desta nova sociedade.

Para tanto é muito importante que trabalhadores/as tenham um conhecimento profundo da realidade em que vivem. Esse conhecimento deve ser construído coletivamente, com participação de todos/as, durante o processo de formação.

Conhecer de forma mais aprofundada a realidade vivida é ponto de partida para que trabalhadores/as identifiquem a necessidade de transformá-la.

O ponto de partida para metodologia autogestionária é o compromisso radical com a causa dos trabalhadores/as. Ao mesmo tempo em que surge da indignação com a opressão sofrida por trabalhadores/as, ela deve ser capaz de alimentar

permanentemente esta indignação contra as desigualdades. E, para além da indignação traz o desafio de criar alternativas, caminhos e estratégias que venham transformar a realidade vivenciada.

Esse compromisso com a causa dos trabalhadores/as trás consigo um dos principais desafios de quem faz formação/educação em economia solidária: a união entre teoria e prática. Trazendo também a necessidade permanente da crítica e auto-crítica coletiva. Valores e práticas presentes no dia-a-dia de quem faz educação popular.

3. A relação da educação popular e economia solidária no fazer formação e educação

É importante evidenciar as diferentes compreensões do significado do termo educação popular como uma maneira de tornar mais evidente o compromisso político com a transformação social na luta por uma sociedade mais justa e igualitária que carrega consigo a educação popular a que nos referimos.

Por um lado há a compreensão da educação popular, entendida como educação para o povo que existe desde os tempos da colonização portuguesa nessas terras hoje chamada Brasil. Podemos ressaltar sua presença desde a educação realizada pelos jesuítas até os momentos vividos durante a ditadura militar (momento em que se instala uma educação para qualificar melhor a/o trabalhadora/o para a atividade produtiva). Portanto, uma educação a serviço do desenvolvimento do capital e para manutenção do estado ditatorial.

Por outro lado, quando o popular é lido como algo que vem do povo, a educação popular pode ser interpretada como as práticas educativas presentes no cotidiano das camadas populares. Educação que se constrói no compartilhar de saberes construídos e herdados pelas/os integrantes das comunidades. Porém, mesmo com toda riqueza e complexidade contida no seu interior, essas práticas educativas podem ser tanto transformadoras de uma realidade quanto utilizadas como ferramentas de perpetuação de relações de poder e de exploração.

Quando movimentos sociais, quando a economia solidária falam de educação popular estão se referindo a uma ação educativa que nasceu da da resistência às ditaduras, do contraponto ao sistema capitalista, na busca por uma prática educativa que transforme uma realidade que não condiz com as necessidades das/os trabalhadoras e que ofereça ferramentas para a construção de uma nova sociedade.

Os movimentos sociais, espalhados por todo país, buscam promover espaços de reflexão em que trabalhadoras/as desenvolvam consciência crítica que leve a organização dessa classe e ao fim da opressão, seja ela econômica, política, social e/ou cultural.

Esta educação popular que está no seio dos movimentos sociais oferece ferramentas, que se moldam a partir de cada realidade, ela não oferece um modelo predeterminado e rígido. Não se constrói por uma cartilha ou um modelo pronto e acabado. Ao mesmo tempo que procura transformar, ela se transforma, é um processo dialético de construção/desconstrução/construção. Está inserida na própria dinâmica da vida. Todas/os nós somos educadoras/es populares, o que vai nos diferenciar são as ferramentas utilizadas e a serviço de que tipo de transformação as utilizamos, além, é claro, da reflexão e da autocrítica. A educação popular é libertadora e solidária, busca a justiça social e econômica e a felicidade humana. Seu processo educativo também é processo de animação popular na constituição de atores políticos coletivizados. Atores que se organizem para transformação social, a partir da reflexão sobre a realidade em que vivem, e da busca de saídas coletivas para os problemas que enfrentam.

A partir dos movimentos sociais, a educação popular também se identifica com a proposta de desenvolvimento local, de construção de alternativas que venham a romper, e não conviver, com o sistema econômico dominante. Nesta perspectiva, a transformação social visa o desenvolvimento local, autônomo e sustentável. Todas afirmações feitas em nosso projeto político de desenvolvimento!

4. Nossas bandeiras de luta!

Está claro que o movimento de economia solidária bebeu e bebe da fonte da educação popular. Os principais sujeitos deste processo de transformação são os trabalhadores e as trabalhadoras da economia solidária que em suas práticas educativas autogestionárias fazem do espaço do trabalho, espaços de aprendizagem contínuo.

A luta por políticas públicas de fomento a economia solidária e, especificamente, para formação dos trabalhadores e trabalhadoras é fundamental para um processo de consolidação desta outra economia. Mas não podemos reduzir a prática formativa/educativa em economia solidária ao fazer política pública. Tudo que fazemos possui formação/educação, contudo, não podemos deixar a prática educativa ao "tudo é formação" e, com isso, não ter regularidade de reflexão crítica e autocrítica de nossa prática.

Desta forma, resgatando os acúmulos de discussões e deliberações de diversos encontros onde se pautou o tema formação/educação em economia solidária, existem dois tipos de reivindicações/bandeiras de luta do movimento. Elas se dividem em externas (reivindicações por políticas públicas) e internas (bandeiras a serem atingidas pelo FBES).

Dentre as bandeiras externas estão reivindicações pela inclusão do conteúdo de economia solidária nas escolas de nível básico e superior; fomento a tecnologia e pesquisa para melhoria da produção; construção de Centros Públicos de apoio à Economia Solidária; criação de programas públicos de divulgação e comunicação sobre a Economia Solidária; financiamento público de pesquisas em Economia Solidária; criação de um Programa Nacional de Assistência Técnica em Economia Solidária e Programas Públicos de Formação de gestores públicos.

As bandeiras internas trazem a necessidade de criação e de manutenção de ferramentas de divulgação e comunicação da economia solidária; elaboração de propostas e realização de processos de formação de trabalhadores/as no movimento de economia solidária, presentes tanto dentro quanto fora dos Fóruns Estaduais de Economia Solidária, que debata temáticas como a do consumo consciente; produção de materiais de formação a partir do nosso próprio acúmulo; luta por espaços físicos de formação do e para o movimento, as "Escolas de Economia Solidária"; articulação e fomento à Rede de Formadores/as em Economia Solidária; criação de estratégias para o ingresso dos/as trabalhadoras/es de empreendimentos solidários no ensino formal e técnico (básico e superior).

Com especial atenção, a proposta que está para ser implementada como política pública de formação em economia solidária diz respeito aos Centros Nacionais de Formação em Economia Solidária. Serão no total seis centros, um em cada região do país e outro nacional. Estes tem o objetivo de serem espaços de discussão sobre metodologia de formação, capacitação profissional, assessoria aos empreendimentos e formação de multiplicadores.

Esses Centros de Formação em Economia Solidária, podem se tornar, dependendo de nossa capacidade política, em espaços do movimento de economia solidária. Nesse sentido, temos que pensar estratégias que possam nos levar à apropriação desses espaços políticos-pedagógicos. A participação e diálogo com os Fóruns Estaduais de Economia Solidária na gestão e construção das estratégias de formação em cada região é fundamental nesse processo!

5. Perspectivas e provocações

É desafio permanente do/a educador/a acompanhar as mudanças que ocorrem no território onde atua e na sociedade como um todo. A educação popular expressa-se, aqui, como uma potente ferramenta na promoção desses anseios de se experimentar um outro jeito de viver.

Quando se pensa a educação popular como prática educativa na construção do movimento de economia solidária, pode-se apontar como um de seus maiores desafios a construção de instrumentos metodológicos de gestão, administração, planejamento, entre outros, que sejam apropriadas e que dê conta das diversas realidades dos empreendimentos econômicos solidários.

As práticas educativas não estão, apenas, em espaços de seminários, oficinas, palestras e cursos. Estão presentes no espaço produtivo, na distribuição, na comercialização, no consumo, nas finanças. Temos que desenvolver metodologias que saibam trabalhar e problematizar na realidade do trabalho a consciência de mundo, de classe e de transformação da realidade.

Também deve estar presente nos diversos espaços formativos a importância vital da articulação. Articulação em redes, em cadeias, entre empreendimentos dos mais diversos setores de produção, entre os diversos segmentos que compõe a economia solidária hoje. O princípio da coletividade deve estar presente em qualquer tema por nós tratado!

As práticas educativas/formativas devem ser capazes de contribuir para que a/o trabalhador/trabalhadora de economia solidária se entenda, também, como um educador/educadora consciente de seu papel na sociedade e agente contínuo de transformação. Como bem disse Paulo Freire (em *Pedagogia dos sonhos possíveis*) “mudar o mundo, passa pelo direito de mudar a produção, o ato produtivo, o direito de ingerir no processo de produção, o direito de dizer não, não é isso que tem que produzir (...) tem a ver com libertação porque não há liberdade. O processo educativo popular, assim, desperta os educandos e educadores, agentes e atores para a necessidade da organização, do questionamento, da construção de alternativas que reinventem o mundo, o poder.”

E o que mais queremos? Não é o sonho, que se consolidará com a prática, de mudar a ordem das relações econômicas impostas pelo atual sistema econômico? Fazer com que cada um, indivíduos e coletivos, seja sujeito da transformação não só política e social, mas também econômica? Conseguir fazer com que cada um, indivíduos e coletivos, reflita e saiba o que seu ato de produzir, comercializar, consumir está ou não contribuindo para a distribuição das riquezas?

Diante disso, os desafios estão colocados:

- Como no dia-a-dia de nossa luta pela emancipação do trabalho, estamos sistematizando e teorizando sobre as potencialidades e limites encontramos na construção dessa outra economia?
- Como a sua organização, seja ela empreendimento, entidade ou gestor público se realiza a formação em economia solidária?
- Como os Fóruns Estaduais de Economia Solidária podem, em conjunto, fortalecer/fomentar a Rede de Educadoras/es? Como a Rede de Formadores/as se consolidariam? Com a realização de eventos dentro dos estados e nas regiões? Quais os outros caminhos?
- Quais serão as bandeiras prioritárias no eixo formação, tanto externas, quanto internas, eleitas por nós e quais serão nossas estratégias para alcançá-las?

MARCO LEGAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA

1. Introdução

A trajetória do denominado Marco Legal no campo da Economia Solidária tem uma característica muito curiosa. GT jurídico foi o primeiro GT a ser constituído por conta da SENAES não ter um departamento de marco legal, como a este GT constituído, em sua maioria, por advogados. Além disso, seu funcionamento tem sido de uma frequência bastante irregular. Não tem sido um processo de apropriação progressiva do coletivo do FBES. Funciona quase que paralelamente à vida da economia solidária. De vez em quando há informações e chamamento à mobilização social quando se tem necessidade em afirmar determinadas posições ou fazer disputas para garantir nossas demandas.

É necessário lembrar que durante todo o primeiro semestre de 2003 a nossa reivindicação de criação de uma Secretaria de Economia Solidária junto ao governo foi intermediada por um processo de negociação. Discutia-se desde formar um simples departamento numa outra secretaria ou constituir a secretaria com apenas um departamento. Afinal, conseguimos a instituição da Secretaria com dois departamentos, mas não conseguimos o terceiro, que seria justamente o do marco jurídico. O argumento, na época, era de que o Ministério do Trabalho e Emprego já tinha assessoria jurídica e que, não faria sentido constituir departamento de marco legal na Secretaria Nacional de Economia Solidária. Esta história de alguma forma esclarece os problemas que vivenciamos hoje com relação ao tema "legislação" ou "marco jurídico".

Logo que a SENAES iniciou suas atividades, no início do segundo semestre de 2003, formou-se um GT de Relações Interministeriais. Este GT trabalhou questões centrais como: unicidade, ato cooperativo, número de associados e cooperativa de trabalho. A abordagem destes quatro temas propiciou condições para definir nossa política frente aos projetos de sociedades cooperativas em tramitação no Senado Federal. Havia três projetos sobre a lei geral do cooperativismo. A grande diferenciação entre eles estava na representação. Enquanto o projeto de Eduardo Suplicy (PT) defendia e defende a livre associação, Fogaça (PMDB) e Osmar Dias (PSDB) defendiam e defendem a representação única através da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB). Pela falta de regularidade dos encontros, dentre outros motivos, aquele espaço de discussão não avançou muito. Por conta disso, o Ministério da Agricultura tentou centralizar aquele debate. Contudo, as coisas não andaram.

Esta apresentação é importante para entender o que se passa hoje quando se refere à lei geral do cooperativismo. Os nomes dos Projetos Leis alteram e alguns atores novos entram no cenário, mas as questões básicas permanecem. Suplicy permanece, Fogaça saiu de cena, Inocêncio de Oliveira aparece, mas o projeto de Osmar Dias (conhecido pelo número 171 e em sintonia com a OCB) continua. Continuam também as três coisas cruciais no debate do projeto apoiado pela OCB. Ela não abre mão de três pontos fundamentais: 1) a questão do monopólio da representação (unicidade); 2) o direito de registro; 3) a participação do sistema "S".

Mais recentemente, o GT jurídico buscou promover a proposta de Eduardo Suplicy e articular seu projeto com o do governo em conversa com a Secretaria da Presidência da República. Contudo, apesar de o ministro afirmar que daria atenção e uma resposta num prazo máximo de 10 dias as coisas não andaram. Tudo faz crer que existem conflitos na esfera governamental que emperram o processo.

2. Contextualização

Como usamos palavras referentes ao sistema "S", unicidade, representação, projetos de lei, é necessário que se pergunte: o que significa unicidade, ou monopólio de representação? E a questão do projeto 171 do Osmar Dias que pode mudar de data e de número, mas não passa de uma formulação piorada da lei cooperativista, a 5741 de 1971?

O sistema "S" tem os seguintes nomes: a) na indústria, Serviço Social da Indústria (SESI) e formação profissional, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); b) no comércio, Serviço Social do Comércio (SESC) e formação profissional, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); c) na agricultura, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); d) no transporte: Serviço Social do Transporte (SEST) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT); mais recentemente, para pequenas empresas, Sistema Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e para as cooperativistas, Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP). Devemos considerar que, antes de tudo, o sistema S é uma herança corporativista do Estado Novo. Na década de 40 inspiradas na Carta da Paz Social em que o empresariado buscava amortecer conflitos de classe e com isso promover assistência ao trabalhador e orientar para formação profissional. que é imprescindível haver controle social sobre a utilização dos recursos públicos que chegam perto de dez bilhões de reais arrecadados compulsoriamente das folhas de pagamento para o sistema "S". Por conta disso, existe hoje um movimento que quer pelo menos tornar facultativo o recolhimento compulsório do dinheiro para o sistema "S". O FBES quer discutir o SESCOOP: abolir ou partilhar dos recursos.

A questão da unicidade ou obrigatoriedade da filiação das cooperativas a uma das unidades estaduais da OCB deve ser vista como restrição à livre associação assegurada pela Constituição Federal de 1988. Pela Constituição, fica nulo o dispositivo legal que obrigava o registro das cooperativas na OCB. Pressão pelo registro e filiação é fruto de duas ordens: a) interesses dos grupos econômicos dominantes (principalmente do agronegócio) e herança autoritária da ditadura militar. Os recursos aferidos através do sistema "S" (que envolvem somente as cooperativas registradas na OCB) combinados com o apoio da bancada cooperativista tradicional da Frente Parlamentar do Cooperativismo (FRESCOOP), trabalham pela aprovação de lei que sustenta a unicidade do sistema cooperativista tradicional.

A discussão sobre a lei geral do cooperativismo merece algumas considerações para se abordar o projeto sobre cooperativa de trabalho. Há necessidade de saber distinguir a lei do cooperativismo atual (que, embora seja oriunda do período ditatorial, apresenta características promovidas pela Constituição Federal de 1988) dos projetos tramitando atualmente que contornam as conquistas das liberdades constitucionais. Por esta razão é que podemos afirmar que projetos de lei recentes - dos quais o 171 de Osmar Dias não é o único exemplo. São propostas não só do cooperativismo tradicional, mas projetos bem piores que a legislação vigente.

De fato a Lei 5764, de dezembro de 1971, que definiu a política de cooperativismo brasileira e instituiu o regime jurídico das sociedades cooperativas no Brasil é do período da ditadura militar. Quando a norma era a forte centralização e controle por parte do Estado. O controle estatal e os modelos desenvolvidos inibiram não só o nascimento de autênticas cooperativas. Também promoveram no Brasil a falta de conhecimento e de informação sobre o cooperativismo tanto na sociedade quando nas políticas de estado com relação ao assunto. São exemplos disso: cargas tributárias, decretos com regulamentações equivocadas, instruções normativas sem correspondência a dispositivos legais etc. Por conta disso, há necessidade de se trabalhar marco legal para subsidiar e orientar as políticas públicas envolvendo os poderes: executivo, legislativo e judiciário. Propor leis sem conhecimento necessário dos conceitos e princípios básicos acaba por promover ainda mais descaracterização da essência do cooperativismo.

Na modalidade de cooperativa de trabalho parece residir os maiores problemas. Sua finalidade é promover trabalho e renda para seus associados. O Projeto de Lei 7009 sobre Cooperativas de Trabalho e que institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho (Pronacoop) merece dobrada atenção de todos para que não ocorram equívocos e retrocessos com relação aos princípios e à essência do cooperativismo. Em nome de garantir direitos trabalhistas e combater a precarização das condições de trabalho, faz-se associação à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Disso decorre um deslocamento do eixo da associação de pessoas para esfera da entidade cooperativa. A garantia de direitos trabalhistas aos cooperados, retiradas mínimas e formalizadas em folha de pagamento apontam alguns riscos que não se pode negligenciar. A divisão em dois gêneros de Cooperativa de Trabalho também abre desdobramentos que requer cuidados. As pequenas cooperativas terão condições de atender aos compromissos trabalhistas (para não dizer da CLT)? A elaboração de folha de pagamento não vai facilitar a contribuição para o sistema "S" que a OCB tanto quer preservar? A presença de traços da cultura trabalhista na legislação da cooperativa de trabalho em nome de garantir direitos adquiridos através das organizações trabalhistas não está precarizando as conquistas históricas das legítimas organizações cooperativistas?

Esta questões são não só para promover o debate, mas visam, antes de tudo, envolver de forma regular o movimento de economia solidária com as discussões e atividades relacionadas aos projetos de lei, à lei geral e à lei específica do cooperativismo.

3. Formas jurídicas de empreendimentos solidários

Economia solidária e autogestão caracteriza-se como atividade econômica, organizada coletivamente em que os trabalhadores e trabalhadoras são os donos e controlam o processo de produção, comercialização e serviços. O formato dos empreendimentos de economia solidária pode ser diverso. Além de grupos informais, eles podem ser constituídos legalmente como associação, empresa limitada e cooperativa. Dentre as diversas vestes legais que o empreendimento pode assumir, o cooperativismo tem se apresentado como uma forma bastante adequada, tanto nas atividades econômicas quanto no aspecto organizacional.

Cooperativas são compreendidas como uma "sociedade em que a pessoa do sócio passa à frente do elemento econômico e as conseqüências da personalidade da participação são profundas, a ponto de torná-la espécie de sociedade".² O regime jurídico das sociedades cooperativas brasileiras e a sua política nacional foram instituídos pela Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que incorporou, formalmente, as influências do cooperativismo mundial, adotando os princípios cooperativistas e estabelecendo que celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma *atividade econômica*, de proveito comum, sem objetivo de lucro. Nos limites conceituais do direito privado, as cooperativas encontram-se no campo das sociedades de pessoas e não de capital, com forma e natureza jurídica *sui generis*, de natureza civil, não sujeitas as disposições que regem a lei de falências, tendo regramento específico quanto a dissolução e liquidação. Não obstante a existência de uma regulação jurídica para o cooperativismo brasileiro que adota, formalmente, os valores e princípios cooperativistas, materialmente, os fundamentos da Lei n.º 5.764/71 e dos Projetos de Leis que visam substituí-la têm seu marco conceitual definido pelo regime militar. Compreensível, assim, o descompasso existente entre as diretrizes do texto legal e a complexa realidade nacional, devendo os trabalhadores intervirem imediatamente para buscar o justo equilíbrio entre os ideais de uma nova sociedade e o direito posto.

² MIRANDA, Pontes de. Tratado de Direito Privado. 3ª ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1984. Parte especial. Tomo XLIX. Contrato de sociedade. Contrato de pessoas. p. 429.

Importante destacar, ainda, que o Projeto de Lei n.º 7.009/2006, que visa regular as cooperativas de trabalho (produção e serviço), está estruturado sob os fundamentos das legislações que regulam as relações entre capital e trabalho subordinado e a sua aprovação, nos moldes estabelecidos, impedirá a abertura de novas cooperativas populares e determinará o fechamento de vários empreendimentos que não conseguirão adequar-se às exigências da norma.

Os grupos informais e os organizados em associações, a partir dos marcos jurídicos nacionalmente estabelecidos, encontram uma barreira política, econômica e social intransponível com o tempo. Os primeiros, por não serem considerados pessoas jurídicas, nos limites definidos pelo Código Civil brasileiro, encontram dificuldades de diversas ordens como, por exemplo, a impossibilidade de firmar convênios, de acessar crédito, de adquirir insumos e de comercializar os bens e serviços. No exercício das atividades, outras barreiras são comuns a esses frágeis empreendimentos, sem garantia jurídica, tais como: a oferta de contratos com valores abaixo do preço de mercado, sem garantias e sujeita a intervenção dos órgãos de fiscalização do Estado, etc.

As associações, por sua vez, de acordo com a Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que instituiu o Código Civil, são consideradas pessoas jurídicas de direito privado. No entanto, a norma é expressa em declarar que as associações constituem-se pela união voluntária de pessoas que se organizem para fins *não econômicos*. Essa circunstância retira a possibilidade desses entes jurídicos de comercializarem bens e serviços.

Contudo, a forma jurídica de associação continua sendo adotada com objetivos econômicos, em virtude, ao menos, de três fatores: a) a primeira aproximação dos trabalhadores com a economia solidária ocorre em espaços associativos; b) as associações têm poucas exigências jurídicas e burocráticas para sua constituição; c) alguns Estados brasileiros forneciam notas fiscais para a comercialização de bens e serviços por meio de associações. Observa-se, assim, uma tendência, natural ou forçada pelas disposições do novo Código Civil, dos grupos de buscar outras formas autogestionárias de organização, pois, caso contrário, com o tempo, não encontrarão espaço para a comercialização de seus bens ou serviços, ficando à margem do mercado.

Por outro lado, as empresas autogeridas, à exceção das cooperativas, qualquer que seja a forma jurídica adotada, apresentam algumas questões que se opõem aos princípios que os trabalhadores da economia solidária sustentam. A principal pode ser compreendida e sintetizada no fato de que todas essas empresas são sociedades de capital e não de pessoas. Nesse sentido, em momentos de instabilidade extrema na sociedade, o indivíduo ou o grupo de indivíduos que detiver maior capital subscrito terá o direito de decidir e, conseqüentemente, determinará os caminhos do empreendimento. Nessas sociedades o que define é o capital aportado e não a pessoa, fato que exclui o princípio de uma pessoa um voto.

Diante disso, as cooperativas, além de resultarem do processo histórico de luta dos trabalhadores contra a exploração vivenciada pela Revolução Industrial, são regidas por princípios que facilitam a construção de espaço de sociabilidade diverso dos existentes nas demais sociedades de capital, podem permitir a emancipação dos trabalhadores, ante à subordinação, e são organizações autogestionárias com a forma jurídica mais adequada aos interesses dos integrantes da economia solidária.

4. Bandeiras e desafios

Ao resgatar as propostas e deliberações do movimento de ES considerando que das inúmeras reivindicações feitas em encontros anteriores. Algumas foram alcançadas, como por exemplo, a constituição do Conselho Nacional de Economia Solidária; outras foram parcialmente contempladas, como por exemplo, o Mapeamento da Economia Solidária.

Vale relacionar alguns dos projetos de lei e leis nacionais e estaduais aprovadas. No governo do Estado do Rio Grande do Sul, em 2001, se institui o Programa de Economia Popular Solidária naquele Estado. Com este projeto durante o I FSM fizemos uma oficina Economia Popular Solidária e Autogestão, com mais de mil e quinhentos participantes. Onde vislumbramos a perspectivas de ampliação da economia solidária. A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária no Ministério do Trabalho e Emprego em 2003, implantada devido à reivindicação do GT Brasileiro ao governo Lula. Neste mesmo ano, foi juricamente constituído o Conselho Nacional de Economia Solidária que se instalou em 2006.

Olhando para as diversas regiões do país, se a economia solidária ampliou-se por meio da organização de fóruns estaduais, foram também conquistados espaços institucionais nos seguintes estados: Minas Gerais, Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Pernambuco. Além disso, foi aprovada a Lei Babaçu Livre que atendende mais de 300s quebradeiras de coco nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará.

Mais recentemente, no Congresso Nacional, em 2007 foi lançada mais uma frente de atuação da economia solidária: a Frente Parlamentar em Defesa da Economia Solidária.

Além das disputas que acontecem tanto na Lei Geral do Cooperativismo quando da Lei específica de Cooperativas de Trabalho, existe ainda outros projetos como o de Lei Complementar de 2007. Este projeto da senadora Luiza Erundina estabelece a criação do Segmento Nacional de Finanças Populares e Solidárias, em consonância com o artigo 192 da Constituição Federal.

A trajetória de consolidação em todas as partes do país e a ampliação regional são expressões do crescimento da Economia Solidária. Contudo, apontam a necessidade de distinguir cada vez mais, de um lado o papel da economia solidária enquanto instância governamental ou estatal, de outro lado sua missão enquanto movimento social. Movimento social que amplia suas raízes nas diversas regiões articulando as várias atividades econômicas e sociais.

Dentre as propostas e reivindicações acumuladas nos encontros, e ainda a serem conquistadas, destacam-se as seguintes:

4.1. Formalização, reconhecimento e representação

- construir o Estatuto da Economia Solidária (ou *Lei Geral da ES*);
- reduzir o número de associados para constituição de cooperativa;
- facilitar registro das cooperativas revendo obrigatoriedade de publicação de editais em jornais, redução das exigências da Junta Comercial e tributos cartoriais. Isto visa a redução das exigências burocráticas, do tempo e de recursos para o processo de legalização, diminuindo substancialmente o índice de informalidade dos nossos empreendimentos;
- rever política de representação porque a Organização de Cooperativas Brasileiras (OCB) não representa e nem deve representar ES pois não condiz com a realidade das associações e cooperativas do campo da ES;
- criar lei de cooperativas sociais que dê oportunidade a jovens e adolescentes, terceira idade, egressos de sistema prisional, dependentes químicos e deficientes;
- adequar a fiscalização e a tributação para ES e autogestão;
- fazer revisão da Lei Geral do Cooperativismo, da Lei de Falência e das cooperativas de trabalho.

4.2. Comercialização e oportunidades

- rever a lei de licitação para que possibilite participação de empreendimentos e de cooperativas da ES;
- facilitar comercialização das associações;
- considerar ato cooperativo também as trocas solidárias.

4.3. Crédito

- rever critérios que embasam política de crédito para atender às particularidades dos empreendimentos de ES e autogestão;
- facilitar acesso dos empreendimentos ao crédito e à formação e capacitação; g) adequar a fiscalização e a tributação para ES e autogestão;
- rever critérios que embasam política de crédito para atender às particularidades dos empreendimentos de ES e autogestão;
- facilitar acesso dos empreendimentos ao crédito e à formação e capacitação.

O nosso maior desafio é a formalização dos empreendimentos da economia solidária. Isto permite condições de sustentabilidade e vida destes empreendimentos. Para isso, o movimento de economia solidária deve assumir a luta em torno do marco legal de forma a garantir uma regulamentação jurídica que resgate a autenticidade do cooperativismo, tanto na lei geral como na específica, e avance na elaboração luta por um *Estatuto da Economia Solidária*. As formulações que estão sendo feitas não estão sendo suficientemente discutidas pelo movimento, e por conta disto estamos sendo sistematicamente surpreendidos por propostas de projetos de lei que definem o futuro dos nossos empreendimentos. Por isso, é preciso que o movimento de economia solidária esteja em estado de alerta permanente acompanhando e participando das decisões sobre a legislação.

FINANÇAS SOLIDÁRIAS

1. Apresentação

Nesta cartilha vamos tratar das nossas bandeiras prioritárias para o eixo Finanças Solidárias

- Por um Sistema de Finanças Solidárias
- Por um Programa Nacional de Desenvolvimento da Economia Solidária - PRONADES

As perguntas abaixo orientarão a discussão sobre Finanças Solidárias:

- O que o Fórum Brasileiro da Economia Solidária (FBES) entende por Finanças Solidárias?
- Quais são as práticas, acúmulos e desafios das Finanças Solidárias para o movimento?
- Quais são as propostas que o FBES tem para as Finanças Solidárias?

2. O que o Fórum Brasileiro da Economia Solidária (FBES) entende por Finanças Solidárias?

O surgimento da Economia Solidária vem reafirmar que a economia atual que rege o mundo não é solidária. Assim também o entendimento sobre as Finanças Solidárias surge a partir da constatação de que o atual sistema financeiro não é solidário.

2.1. Porque o atual sistema financeiro não é solidário?

Algumas constatações:

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) é o principal banco de desenvolvimento do país e da América Latina. Em 2005 ele fez financiamentos de R\$ 47 bilhões. Ele sozinho é responsável por 20% do crédito total do país, num momento em que a privatização bancária é enorme! Seu lucro (banco oficial é para dar lucro?) chegou a R\$ 3,2 bilhões.

A quem o Banco de "desenvolvimento" financia? O BNDES deveria ser responsável pelo financiamento do desenvolvimento brasileiro.

Qual o "desenvolvimento" que o BNDES financia? O que sabemos: o financiamento do BNDES para as regiões é 60% para a região Sudeste, 8% para a região Nordeste e 4% para a região Norte. Seu financiamento para projetos sociais é de apenas 2,4%.

E de onde provém seus recursos? O BNDES detém 40% dos recursos do PIS/PASEP, isto é do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Esse recurso algumas vezes significa mais de 50% dos seus financiamentos.

O que quer dizer isso? Que o BNDES utiliza recursos de direito dos trabalhadores/as para financiar a modernização do desenvolvimento, a privatização, o grande capital cada vez mais internacionalizado.

E quanto ao financiamento da economia solidária, dos catadores/recicladores, da agricultura familiar, das empresas recuperadas assumidas pelos/as trabalhadores/as?

Saiba um pouco mais lendo a "plataforma de lutas pela transparência do BNDES" que o FBES participa com um conjunto de organizações ligadas à economia solidária (disponível na página do FBES).

Dados recentes sobre os lucros da Caixa Econômica Federal (CEF) e do Banco do Brasil (BB), somados aos lucros do BNDES confirmam a "saúde" e eficiência do sistema financeiro brasileiro. Mas, a despeito da "bancarização" do crédito popular, isto é, das medidas para que o acesso ao crédito seja "popular", ele não tem atingido convenientemente a maioria popular do Brasil. Quando atinge é para endividá-la! E prevalece a lógica do empreendedorismo competente. Isto é, vence na vida que for capaz! Capaz de enfrentar sozinho um mercado privatizado, regulado para atender interesses dos grandes. E excludente para os pequenos. Submetam-se à lei das selvas! A lei do mais forte!

Aqui fica a questão: Os bancos de desenvolvimento, os bancos oficiais, voltados para a promoção da privatização estão cumprindo algum papel de desenvolvimento solidário?

2.2. O que acontece com o sistema financeiro no mundo?

O atual estágio do desenvolvimento capitalista mundial, em que a moeda, passa a ter um valor próprio, autônomo, não correspondente ao volume de produção real, transforma o mundo, sem barreiras nacionais, num grande cassino. Cassino de apostas nas especulações das aplicações financeiras para ganhos que não correspondem ao crescimento das atividades produtivas.

As Bolsa de Valores passam a ter papel central como se fossem as "reguladoras" do equilíbrio do mercado de capitais. Não há sequer "papel moeda", substituído pelas formas de transações virtuais. Basta um toque de computador, para movimentar contas e aplicações em qualquer lugar do mundo.

O sistema financeiro cumpre um papel nisso tudo. Ele capta recursos, poupanças, pagamentos, salários, de gastos públicos ou privados, os retira de seus territórios de origem e os aplica a partir da lógica dos ganhos de especulação, montados para que os que tem maior acesso ou capacidade de controle sobre as aplicações.

É essa lógica que orienta os chamados "Bancos Multilaterais de Desenvolvimento", como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI): reúnem recursos do mundo todo e os aplicam, segundo regras de conveniência dos grandes capitais, quase sempre com matrizes nos países centrais, mantendo o endividamento dos países pobres, com taxas de juros que ampliam a dívida externa e refletem sobre a dívida interna.

Todos nós ouvimos falar, cada vez que há alguma alteração política no país, sobre o "risco Brasil" e sobre o "mercado de capitais nervoso"! Isso quer dizer: cada vez que os interesses da especulação financeira mundial são questionados, eles reagem ameaçando retirar seu "apoio" e forçando manter a dependência externa. E as exigências vão desde a manutenção de altas taxas de remuneração e juros aos empréstimos, até a interferência na política de privatização e de gastos públicos. Onde fica soberania nacional?

O movimento da economia solidária surge forte, como parte da reação a este mundo onde poucos têm tudo e muitos não têm direito a nada. A economia solidária no Brasil tem um papel estratégico. A bandeira *outro mundo é possível* nos torna, FBES no Brasil, herdeiros dessa luta: uma outra economia acontece e, em decorrência disso: um *outro sistema financeiro é possível!*

2.3. Quais as afirmações do FBES sobre Finanças Solidárias?

A Carta de Princípios do FBES, aprovada na III Plenária em 2003 dedica um pequeno capítulo sobre Finanças Solidárias, como parte dos princípios que regem a economia solidária. As Finanças Solidárias também representam um dos sete eixos da Plataforma da Economia Solidária, aprovada em 2003.

Finanças Solidárias na nossa Carta de Princípios:

“É preciso lutar para conquistar um Sistema de Finanças Solidárias, que apóie o desenvolvimento de Cadeias Produtivas Solidárias e avance na construção de uma política da Economia Solidária como parte de um Estado Democrático.”

Finanças Solidárias na nossa Plataforma

“- As redes de finanças solidárias já existentes ou em construção podem vir a constituir-se em um Sistema de Finanças Solidárias, na perspectiva do desenvolvimento sustentável solidário desde o local

- As redes são: Fundos Solidários, os grupos de trocas com moedas sociais, os bancos e entidades que oferecem crédito solidário, as cooperativas de crédito.

- Um Programa Nacional de Desenvolvimento da Economia Solidária (PRONADES), ao moldes do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF), com recursos provenientes de diferentes fontes. Para atender diferentes necessidades de financiamento das cadeias produtivas, desde a comunidades atendidas pelo Fome Zero até as grandes empresas em recuperação ou recuperadas provenientes do processo falimentar e sob a gestão dos/as trabalhadores/as.”

3. Quais são as práticas e acúmulos das Finanças Solidárias para o FBES?

3.1. Fundos Rotativos Solidários

Os Fundos Rotativos Solidários nascem e se desenvolvem a partir de práticas culturais de empréstimos e trocas solidárias entre famílias, grupos, comunidades que foram se multiplicando sob diferentes formas. Inspiradas nisso e apoiadas pela Cooperação Internacional várias organizações brasileiras criaram Fundos de Apoio a Pequenos Projetos, ou Mini-Projetos ou Projetos Alternativos Comunitários. São cerca de 30 anos de experiências e 10 anos de articulação entre as organizações nacionais.

Com a redução de recursos da Cooperação Internacional algumas alternativas nacionais começam a surgir, tais como: no campo de Campanhas (Campanha da Fraternidade que criou o Fundo Nacional e os Fundos Diocesanos de Solidariedade) e de acesso a recursos (Programa 1 milhão de Cisternas e Programa Mutirão de Segurança Alimentar e Nutricional -PROSAN)

Como opera um Fundo Solidário?

Recursos financeiros são destinadas para atividades produtivas solidárias ou de infra-estrutura e organização comunitária. Os/as beneficiários/as são pessoas que não têm acesso a outros instrumentos financeiros, tais como o micro-crédito.

A comunidade, com/sem apoio educativo, planeja a atividade e elabora o projeto (protagonismo comunitário) e negocia a forma de devolução do recurso para um Fundo Solidário. A devolução pode ser: em dinheiro, produtos, serviços, moeda social, etc. e o Fundo reaplica em outros projetos. Geralmente trata-se de uma devolução sem juro ou devolução parcial do recurso recebido.

Ações integradas: o recurso financeiro apoia atividades de mobilização, organização comunitária, capacitação e assessoria técnica além das atividades produtivas

Exemplos de Fundos Solidários: fundo de cisternas, fundo de cabras e vacas, fundo de semente, fundo de horas.

Pergunta:

- Você conhece algum Fundo Rotativo Solidário? Como ele funciona?

3.2. Rede de Cooperativas de Crédito

As cooperativas de crédito solidário têm base na cooperação, na autogestão e nas relações de proximidade estabelecidas nas comunidades locais. Elas são as formas de Finanças Solidárias institucionalmente mais antigas, sendo que grande parte delas têm sua origem ligada aos Fundos Solidários, por onde consolidaram os valores e formas de autogestão, antes de se institucionalizar. Observa-se que as cooperativas que surgem com base nos fundos rotativos solidários desenvolvem capacidades nos agricultores familiares de gestão da carteira financeira e no estabelecimento dos critérios para concessão dos créditos. Bem como, estas experiências geram poupança na comunidade, criando base sustentável para a inserção de outros serviços financeiros. A necessidade de criar uma cooperativa, nestes casos, surge na busca de um instrumento adequado para a expansão destes serviços.

As cooperativas de crédito solidário que operam na base social da agricultura familiar têm sua expansão após 1995 com a criação do PRONAF. Os sistemas operam o PRONAF e outras fontes fortalecendo o acesso ao crédito nos pequenos municípios com base econômica da agricultura familiar, contribuindo na constituição de atores econômicos locais voltados para o desenvolvimento sustentável.

A exemplo de experiências que utilizam o PRONAF em algumas regiões do país, as cooperativas de crédito se destacam pela capacidade de facilitar o acesso ao crédito e unificar processos de financiamento para organização e fomento das atividades produtivas.

Atualmente das 1460 cooperativas de crédito autorizadas a atuar no país, 165 são integrantes da Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária. A ANCOSOL é composta pelo Sistema ASCOOB (BA), Crehnor (PR, RS, SC), Crescer (GO), Credsol (ES), Cresol Baser (PR e SC), Cresol Central (RS e SC), Integrar (AL e CE) e Ecosol (SP, MG, PR, RS, SC, CE, PA, BA e PE).

Tem como função principal intermediar negociações entre seus associados e os principais agentes financeiros brasileiros (BNDES, Banco do Brasil, BACEN, bancos privados); o Poder Público; as redes sociais sindicais (CUT, CONTAG, FETRAF e MPA); as ONGs (Visão Mundial, Assocene, Cetra, MOC, ADS e Deser); e outras representações do cooperativismo (Unicafes, Unisol, Anteag Concrab) com fins de garantir renda e trabalho, em especial à agricultura familiar, através da viabilização de recursos de fontes oficiais ou dos próprios cooperados. Em face de sua crescente importância o BACEN tem trabalhado na regulamentação desta atividade.

Pergunta:

- Na sua região, quais são as cooperativas de crédito existentes?

3.3. Microcrédito Solidário

Organizações que a partir dos anos 80 trabalham como parte da luta da afirmação dos micro-empresendimentos se desenvolveram sob diferentes formas. São bancos de organizações não-governamentais, bancos vinculados à governos municipais, estaduais, entidades de micro-crédito aos moldes do Banco de Bangladesh – combinando forma de

financiamento com aval solidário e diretamente ligado às bases associativas, comunitárias. A Associação Brasileira das Instituições de Micro-Crédito (ABICRED), criada em fins de 2002, reúne diferentes organizações que oferecem micro-crédito a empreendimentos individuais e associativos populares que normalmente não tem acesso a crédito no sistema financeiro.

As formas de interpretar e adaptar a experiência de Bangladesh no Brasil e no mundo tem orientado diferentes interesses e visões de desenvolvimento: desde metodologias orientadas para o fortalecimento das comunidades, onde o micro-crédito é um dos componentes do desenvolvimento, até as práticas de reforço do individualismo empreendedor e disputa de eficiência de mercado.

O governo de LULA criou legislação favorecendo, de um lado as instituições de micro-crédito, e do outro, ampliando os programas de micro-crédito das redes oficiais do sistema financeiro. Caixa Econômica, Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), entre outros. Essa abertura foi chamada de "bancarização", entendendo que os pobres teriam acesso bancário. Também como ação do governo federal, o Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), tem 200 milhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Exemplo de micro-crédito orientado vem a ser o Credi-amigo, do Banco do Nordeste (BNB).

As práticas sobre o micro-crédito como instrumento de desenvolvimento da economia solidária tem levado a se perceber que:

- podem fortalecer a economia solidária, vinculando o crédito a associações, redes, cadeias produtivas, desenvolvimento local, etc.
- mas, também têm sido utilizadas para sedimentar valores não solidários, individualistas, do "empresendedorismo" capitalista, baseado na falsa idéia de que "vence na vida que é mais capaz", isto é, capaz de enfrentar a concorrência!

Pergunta:

- Em sua região, localidade, comunidade, está fácil o acesso ao sistema bancário? O micro-crédito tem fortalecido a economia solidária?

3.4. Rede de Bancos Comunitários

A experiência dos Bancos Comunitários teve início com a criação do Banco Palmas em 1998, em Fortaleza – Ceará, numa comunidade da periferia da cidade denominada Conjunto Palmeira.

A partir de 2004 esta tecnologia social passou a ser desenvolvida em outros municípios, o culminou com a criação da Rede Brasileira de Bancos Comunitários que hoje conta com 13 Bancos distribuídos em 7 estados da federação, quais sejam: Ceará, Espírito Santo, Salvador, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Piauí.

O Que é um Banco Comunitário

É um serviço financeiro solidário em rede, de natureza associativa e comunitária, voltado para a reorganização das economias locais, na perspectiva de geração de trabalho e renda de acordo com os princípios da economia solidária.

Qual o objetivo de um Banco Comunitário

Promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo, baseado no apoio às iniciativas de economia solidária em seus diversos âmbitos como: empreendimentos sócio-produtivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização (bodegas, mercadinhos, lojas e feiras solidárias), organizações de consumidores.

Principais características do Banco Comunitário

- É a própria comunidade quem decide criar o banco, tornando-se gestora e proprietária do mesmo;
- Atua sempre com duas linhas de crédito: uma em reais e outra em moeda social circulante;
- Suas linhas de crédito estimulam a criação de uma rede local de produção e consumo, promovendo o desenvolvimento endógeno do território;
- Apóiam os empreendimentos em suas estratégias de comercialização (feiras e lojas solidárias, centrais de comercialização e outros);
- Atuam em territórios caracterizados pelo alto grau de exclusão, vulnerabilidade e desigualdade social;
- Estão voltados, sobretudo, aos beneficiários de programas assistenciais governamentais e de políticas de distribuição de renda;
- Sua sustentabilidade, no curto prazo, funda-se na obtenção de subsídios justificados pela utilidade social de suas práticas.

Modalidades de produtos e serviços financeiros oferecidos pelo Banco Comunitário

- Moeda social circulante local;
- Crédito solidário através de concessão delegada junto a agentes financeiros como: Banco Popular do Brasil, Caixa Econômica Federal, etc.;
- Crédito para financiamento de empreendimentos solidários;
- Crédito para consumo pessoal e familiar, sem juros;
- Cartão de crédito popular solidário;
- Abertura e extrato de conta corrente;
- Depósito em conta corrente;
- Saque avulso ou com cartão magnético;
- Recebimento de títulos;
- Recebimento de títulos (água, luz, telefone, etc.);
- Pagamento de subvenções.

A moeda social circulante e o Banco Comunitário

- A moeda social circulante local é uma moeda complementar a moeda nacional, o Real, criada pelo banco comunitário. Objetiva fazer com que o dinheiro, a riqueza, circule na própria comunidade ampliando o poder de comercialização local, promovendo a circulação da riqueza na comunidade, gerando trabalho e renda localmente.
- Essas moedas sociais possuem algumas características que as tornam distintas. Vejamos quais são:

- O circulante local tem lastro em moeda nacional (REAL R\$). Ou seja, para cada moeda social emitida, existe no banco comunitário, um valor correspondente em Reais;
- As moedas são produzidas com componentes de segurança (papel moeda, marca d'água, código de barra, número de série) no sentido de evitar falsificação;
- A circulação é livre no comércio local e, geralmente, quem compra com a moeda social recebe um desconto concedido pelos comerciantes e produtores para incentivar o uso da moeda no município ou bairro;
- Qualquer produtor ou comerciante cadastrado no banco comunitário poderá trocar moeda social por reais, caso necessite fazer uma compra ou pagamento fora do município ou bairro.

Perguntas:

- Tem participado de alguma experiência de moeda social?
- Por que, diferente do sistema financeiro que aí está, um banco comunitário pode contribuir com o desenvolvimento local?

4. Desafios e perspectivas

As práticas e acúmulos no campo das Finanças Solidárias nos indicam os desafios que temos neste eixo. Um desafio é buscar a complementaridade dos quatro instrumentos de finanças solidárias do movimento de Economia Solidária, rumo à construção de um Sistema Nacional de Finanças Solidárias, de modo que cada um articule sua ação aos outros instrumentos e às bandeiras do Sistema de Finanças Solidárias e do PRONADES.

Além deste desafio comum, destacamos os seguintes desafios para cada um dos instrumentos:

Fundos Solidários

- Criação da Rede Nacional de Fundos Solidários, ampliando a abrangência de experiências;
- Tornar visível as diferentes práticas de fundos solidários, como metodologia de empoderamento dos grupos;
- Reconhecimento de sua acessibilidade a partir dos grupos comunitários de maior vulnerabilidade;
- Manutenção e ampliação dos recursos destinados para os fundos solidários;
- Modificação da legislação;
- Inserção do Programa de Fundos Solidários no Plano Plurianual (PPA).

Rede de cooperativas de crédito

- Atingir regiões do país pouco articuladas, como o Norte;
- Vencer resistências do Banco Central em reconhecer na área urbana cooperativas de crédito não vinculadas a uma categoria de trabalhadores/as;
- Fortalecer relações e vínculos com as organizações comunitárias/associativas de base territorial;
- Administrar seu papel de "correspondente bancário" quando atua como operador do sistema bancário vigente mantendo suas características de autonomia e solidariedade.

Microcrédito solidário

- De um lado as operações de pequeno porte não são interessantes para o sistema financeiro, que vive hoje da eficiência medida pela relação custo-benefício. Isto é: se o gerente do banco pode emprestar para o grande empresário 1 milhão em uma única operação, porque vai emprestar mil reais para 1.000 empreendedores?
- Do outro lado, os juros, o sistema de garantias e as exigências de experiência formal reduzem o acesso ao crédito.
- Garantir a sua sustentabilidade mantendo os princípios e valores das Finanças Solidárias.

Bancos Comunitários

- Consolidar a Rede Brasileira de Bancos Comunitários garantindo maior articulação e interação entre os bancos integrantes da rede;
- Acesso a fontes de recursos compatíveis com a realidade e necessidade do público ao qual os bancos se destinam;
- Avançar nas negociações para a criação de um marco legal que normatize os bancos comunitários e as moedas sociais;
- Expandir a rede de bancos comunitários para todo o Brasil preservando a metodologia, as características os princípios sob os quais são criados;
- Assegurar sua natureza comunitária, de sociedade civil, junto aos mecanismos de governo local, garantindo direitos;
- Administrar seu papel de "correspondente bancário" quando atua como operador do sistema bancário vigente mantendo suas características de autonomia e solidariedade.

5. Dinheiro não é problema: orçamento 2007

Como disse Paul Singer, recentemente, "o problema não é a falta de fundos, mas chegar até eles".

Segundo os dados do orçamento do governo federal para 2007, só para acesso ao crédito estão destinados mais de R\$ 1,5 bilhões. O acompanhamento do andamento e uso do orçamento podem ajudar a fazer controle social destes recursos e das políticas do governo.

Um estudo preliminar do governo mostra que 0,1% do lucro em excesso das empresas estatais, representam mais de 300 milhões/ano. Este valor é suficientes para iniciar o PRONADES.

Sobre o PRONADES é importante salientar que há uma proposta de emenda ao Plano Plurianual 2008-2011 (PPA) encaminhada pela Frente Parlamentar em Defesa da Economia Solidária, a partir da participação dos Fóruns de Economia Solidária nos seminários regionais do PPA e do diálogo do FBES com a Frente.

6. Questões finais

Tendo em vista nossas duas principais bandeiras:

- Sistema Nacional de Finanças Solidárias, integrando as 4 redes existentes: Cooperativismo de Crédito, Bancos Comunitários, Fundos Solidários e Micro-crédito Solidário.
- O Sistema deve ser apoiado pelo PRONADES.

Colocamos as seguintes questões:

- Em relação ao Sistema de Finanças Solidárias, ver o artigo do prof. Paul Singer (disponível na página do FBES), e discutir: o que concordamos, o que discordamos do texto, tendo em vista a leitura desta cartilha?
- Em relação ao PRONADES, buscar informações a respeito do PRONAF e discutir: sabendo que o PRONAF foi uma conquista do movimento da agricultura familiar, que tem diferentes linhas de financiamento (A,B,C,D...), que sua operacionalização é mais ágil quando feita pela rede de cooperativas de crédito. Em que aspectos o PRONAF pode ajudar a detalhar o PRONADES?

RAÇA, ETNIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA

1. Apresentação

As práticas da Economia Solidária fazem parte da luta do movimento negro e do movimento indígena pela igualdade nas relações racial e social. A luta pela promoção da diversidade e igualdade nas relações raciais e étnica é um dos principais enfrentamentos dos atores da economia solidária no Brasil. Nesse sentido, a inclusão da temática de raça/etnia entre os textos de subsídio contribuirá para o debate nas Plenárias Estaduais e a IV Plenária Nacional do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), sendo importante para o fortalecimento do movimento da Economia Solidária.

Esse texto visa oferecer elementos para a discussão sobre raça e etnia no contexto da economia solidária e contribuir para a reflexão sobre o papel da economia solidária enquanto espaço de recuperação e afirmação de identidades. O debate nasce da provocação feita por integrantes dos Fóruns Estaduais de Economia solidária e da coordenação do FBES, que apontam a necessidade do FBES incluir a discussão das questões de gênero, raça e etnia em seu processo de reestruturação.

2. Introdução

O Brasil ainda vive o mito da democracia racial, o qual afirma que a diversidade étnico racial é diluída pela união das três raças formadoras do povo brasileiro. A negação das desigualdades étnico raciais dificulta a percepção da existência dos preconceitos existentes na sociedade brasileira. O problema da exclusão social e da pobreza no Brasil se apresenta de forma diferenciada para mulheres e homens e negros e brancos .

A questão da raça e etnia estão entre os fatores que condicionam a forma em que os indivíduos vivenciam a pobreza e estão diretamente relacionados aos processos de exclusão social, cultural e econômica, criando barreiras para mulheres, índios e negras na luta pela inclusão social. Nesse contexto de vulnerabilidade social vivenciado, principalmente, pela população negra e indígena brasileira, a economia solidária se coloca como meio de superação da pobreza e enquanto estratégia de desenvolvimento.

A discussão da temática de raça e etnia no contexto da economia solidária é importante para compreendermos os sujeitos políticos envolvidos presentes nesse contexto. Trata-se de construir novos olhares, novas práticas e novos saberes nesse processo de construção de um outro mundo possível.

A inclusão das temáticas gênero, raça e etnia no documento base da IV Plenária Nacional de Economia solidária, o FBES dar visibilidade as temáticas transversais e assume o desafio de pautar em suas ações estratégias de combate as discriminações étnico raciais e de gênero.

3. Raça e Etnia e Economia Solidária

A discriminação étnico racial tem historicamente influenciado as relações entre as pessoas e o funcionamento das instituições, atingindo a maioria da população brasileira. As discriminações entre brancos e negros e homens e mulheres estão bem enraizadas em nossa sociedade. Segundo dados do Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA/ 2006) a maioria da população pobre no Brasil é formada por negros.

O retrato que temos é de um Brasil onde 63% dos 53 milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza e 70% dos 23 milhões de miseráveis e indigentes são negros, segundo dados de 2003 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE).

Os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) apontam que também no campo do trabalho, as discriminações étnico raciais se dão com intensidade provocando desigualdades e exclusão social. Essa realidade mostra que no contexto da economia solidária as questões de raça e etnia, interseccionadas com variáveis como gênero, geração e regionalidade são estruturantes para o enfrentamento das desigualdades vivenciadas por contingentes significativos da população brasileira.

O padrão da desigualdade social no Brasil tem em sua matriz as desigualdades étnico raciais e de gênero. Essa dupla discriminação coloca a maioria da população brasileira em situação de vulnerabilidade social. As desvantagens adicionais enfrentadas pela população negra e indígena, dificulta o seu acesso aos recursos econômicos, sociais e políticos, bem como limita a sua participação na vida comunitária e associativa.

A cor da pele é um dos elementos definidor do lugar social dos indivíduos no imaginário brasileiro. O enfrentamento dessa questão se faz necessário para compreendermos as estruturas sociais hierarquizadas e discriminatórias existentes em nossa sociedade e construirmos novas formas de relações sociais nos espaços de economia solidária.

Inúmeras pesquisas realizadas nos últimos anos mostram que a população negra apresenta menor nível de escolaridade, trabalha mais, porém com rendimento menor, fruto de muitas barreiras sociais oriundas do preconceito e da discriminação racial. Segundo pesquisa do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), sobre as mulheres negras no mercado de trabalho, mais de um terço das trabalhadoras negras encontra-se em situação vulnerável de ocupação, reunindo assalariadas sem carteira assinada, autônomas, trabalhadoras familiares não remuneradas ou trabalhadoras domésticas.

O desemprego, que atinge tão maciçamente as mulheres, os negros e os jovens, resultado de um intenso processo de globalização da economia, tem propiciado a procura por novas configurações na economia como alternativa à escassez de postos de trabalhos. Assim, as práticas associativistas, cooperativistas e autogestionárias, representam uma alternativa às formas exploratórias e excludentes do modelo capitalista de organizar as relações sociais e econômicas.

A economia solidária se apresenta como uma alternativa sustentável para segmentos significativos da sociedade brasileira colocados a margem do modelo vigente de globalização. A prática solidária, tradicionalmente presente na vida das comunidades quilombolas e indígenas, e as experiências dos empreendimentos solidários, reinventam outras formas de gerar renda, afirmando que uma outra economia é possível.

A economia solidária se coloca como importante instrumento de transformação social, pois possibilita formas de trabalho emancipatório que resgatam práticas já existentes nas populações negra e indígena. O acesso ao trabalho, associado a existência de políticas públicas nas áreas de saúde, educação, saneamento básico e moradia, é determinante na construção da economia solidária.

O fortalecimento da economia solidária, fundada na equidade social e na solidariedade, passa pelo reconhecimento das populações negras e indígenas como sujeitos de desenvolvimento. A formação em economia solidária precisa incorporar cada vez as questões de gênero, raça e etnia como temas transversais importantes para o fortalecimento dos sujeitos sociais presentes no espaço da economia solidária, entendendo a formação da consciência racial como fundamental no processo de formação social e política.

4. Conclusão

A construção da identidade étnico-racial no Brasil tem sido uma luta árdua e persistente dos movimentos sociais, que muito tem contribuído para a formação de novos olhares e espaços de negros e indígena na sociedade brasileira. Nesse sentido, é preciso ampliar o diálogo dos Fóruns Estaduais e do FBES com os movimentos negros, quilombolas e indígenas. Esse diálogo, deve orientar a construção de relações sociais que na prática incorporem a solidariedade e a cooperação mútua entre as pessoas e grupos, promovendo o respeito a diversidade étnico racial nos espaços da economia solidária, em contraposição ao individualismo e as diversas formas de preconceitos presentes no modelo neoliberal.

O FBES tem como desafios:

- defender e construir nas suas ações cotidianas uma sociedade justa, democrática, participativa, na qual esteja presente o respeito a diversidade e a igualdade de gênero, raça, etnia;
- incorporar as questões de raça e etnia em sua agenda, intensificando o diálogo permanente com outros movimentos sociais que historicamente têm defendido essas bandeiras e contribuído para a conquista e o estabelecimento de novos lugares de raça e etnia na sociedade;
- levantar a bandeira de luta pela preservação do patrimônio cultural, ambiental e religioso das comunidades tradicionais.

Pensando que a economia solidária busca a construção de relações justas e igualitárias, é necessário ampliar o olhar do FBES sobre as questões de raça e etnia, observando que lugares mulheres, negros e indígenas ocupam nos empreendimentos e o seu acesso aos recursos produtivos e aos espaços de poder.

Na luta pela a superação das desigualdades étnico raciais no contexto da economia solidária e na sociedade brasileira, a formação se apresenta como elemento estratégico para a construção de novos sujeitos sociais, na medida em a questão de raça e etnia são elementos estruturantes para a superação da pobreza. Precisamos construir espaços formativos que possibilitem a recuperação e afirmação das identidades étnico raciais da população brasileira

A existência de políticas públicas é fundamental para garantir o acesso aos recursos produtivos, contribuir para o acesso e garantia das comunidades tradicionais a seus territórios e permitindo a auto-suficiência econômica e política dessas populações.

A sustentabilidade deste projeto de desenvolvimento depende da luta pela erradicação das formas de trabalho degradante, hierarquizada e discriminatória. Assim como da luta pela educação, saneamento básico, moradia e saúde integral pública e gratuita, respeito à diversidade cultural, à autonomia das populações tradicionais, à preservação do meio ambiente e superação das desigualdades étnico raciais e de todas as formas de discriminação, rompendo com os preconceitos incorporados na cultura brasileira.

5. Referências bibliográficas

- SEYFERTH, Giralda. O Beneplácito da desigualdade: breve digressão sobre racismo. In: **Racismo no Brasil**. Vários Autores. ABONG: São Paulo, 2002.
- SILVA, Maria aparecida. Identidade e consciência racial brasileira. In: **Racismo no Brasil**. Vários Autores. ABONG: São Paulo, 2002.
- PEREIRA, João B. Borges. O negro e a identidade racial brasileira. In: **Racismo no Brasil**. Vários Autores. ABONG: São Paulo, 2002.

GÊNERO E ECONOMIA SOLIDÁRIA: AS MULHERES RUMO À IV PLENÁRIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

1. Apresentação

A necessidade de incorporar o tema Gênero no contexto do processo de reestruturação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), foi trazida por algumas mulheres integrantes dos fóruns estaduais durante os encontros regionais de reestruturação do FBES e também reiterada na reunião da coordenação nacional em abril de 2007. Isso demonstra o compromisso do FBES de assumir a questão de Gênero como um dos temas estruturantes do seu projeto político de transformação para a sociedade.

Esperamos que este texto, *Gênero e Economia Solidária*, seja um instrumento que impulse todas as mulheres e todos os homens que hoje constroem e participam do FBES ao comprometimento com essa temática. Como instrumento técnico e político, pretende apoiar a incorporação desse tema aos conteúdos e às bandeiras identificados pelo FBES como prioritários nesse momento. Ou seja, nos desafiamos a pensar Gênero articulando-o com as bandeiras: Finanças Solidárias, Formação, Marco Legal, Produção, Comercialização e Consumo.

Para pensar a Economia Solidária como um projeto de desenvolvimento, é necessário reconhecer as desigualdades de Gênero existentes na base da organização social, econômica, cultural e política da sociedade e, sobretudo, contribuir para a sua transformação, construindo a solidariedade de Gênero como plataforma da nova sociedade que queremos.

2. Introdução

Introduzir o debate sobre Economia Solidária nos leva a pensar nas experiências desenvolvidas e nas pessoas envolvidas. Mas quem são essas pessoas? E quais são suas identidades sociais e culturais, marcadas pelas relações de classe, Gênero, raça e etnia? Como analisar a Economia Solidária, considerando essas dimensões como estruturantes da base das desigualdades sociais, culturais e econômicas da sociedade?

A economia tem, historicamente, considerado apenas uma dimensão para análise da sociedade, a classe, tanto por sua situação de trabalho como por sua opção política. Para garantirmos uma visão mais completa e complexa da realidade, precisamos ampliar o nosso olhar considerando as relações sociais de Gênero, raça e etnia. Precisamos compreender que existe uma relação social específica entre homens e mulheres que organiza a sociedade tanto quanto as relações de classe e raça.

O enfoque neste caderno é a dimensão de Gênero, mas reforçamos que as desigualdades de Gênero na sociedade também se articulam com outras dimensões estruturantes da vida social, que são a classe, a raça e a etnia.

Hoje, o termo *Gênero* está sendo bastante citado e utilizado por vários movimentos sociais, por organizações não-governamentais, organismos governamentais, universidades e agências internacionais de cooperação.

É preciso compreender do que estamos falando, pois há pontos de vista diferentes sobre o conceito de *Gênero*.

3. Conceito de gênero

Primeiramente, é preciso entender que se trata de um conceito útil para explicar muitos dos comportamentos de mulheres e homens em nossa sociedade, nos ajudando a compreender grande parte dos problemas e das dificuldades que as mulheres enfrentam no trabalho, na vida pública, na sexualidade, na reprodução e na família.

É importante destacar que compreender *Gênero* requer que se diferencie *natureza de cultura*. As pessoas nascem com uma marca no seu corpo, que define o seu sexo. Essa marca, quem faz no nosso corpo é a natureza. Portanto, há diferenças biológicas entre homens e mulheres, que distinguem o sexo. São os seres humanos, porém, de acordo com suas diferentes culturas, que marcam o nosso intelecto, os nossos sentimentos, definindo o nosso Gênero, o que se compreende por ser mulher e homem. É a cultura que constrói o feminino e o masculino: os modos de ser e de agir próprios das mulheres e dos homens. A natureza de homens e mulheres ao nascer é de fêmeas e machos. Mas homens e mulheres se fazem nas relações humanas e sociais. Ou seja, ao produzirem sentidos de viver, homens e mulheres podem criar culturas que sedimentam, na história, as desigualdades e discriminações de classe, Gênero e raça. Fato exacerbado na história da sociedade capitalista, que transforma diferença em desigualdade.

Assim, Gênero é uma produção da cultura, que vai determinar os valores, as normas e os comportamentos que as mulheres e os homens devem assumir na sociedade e os diferentes papéis sociais esperados para cada um.

A diferenciação entre *Sexo* e *Gênero* é fundamental para a compreensão do conceito de *Gênero*. *Sexo* são os atributos da natureza, as características biológicas próprias da natureza humana, e não muda. Gênero são os atributos e sentidos sociais, construídos na cultura, e pode mudar. Exemplos:

- Nas sociedades capitalistas, a situação das mulheres no mundo do trabalho é geralmente de exploração e de invisibilidade. São elas que recebem salários menores que os dos homens, são responsáveis pelo trabalho reprodutivo, mas não são reconhecidas como trabalhadoras. Como no capitalismo tudo se transforma em mercadoria, o corpo da mulher também é usado como mercadoria.
- Com essa cultura preconceituosa, os homens são incentivados mais à política e à economia, e as mulheres, mais aos cuidados domésticos, como costurar e cozinhar, e aos cuidados com o outro.
- Além disso, na nossa cultura, os homens não podem manifestar suas emoções, não podem chorar. Isso é entendido como coisa de mulher.
- A mulher é vista com um ser frágil e inferior.
- O cuidado com os filhos deve ser de responsabilidade apenas da mãe.
- Os homens administram a riqueza, e as mulheres, a miséria.
- O trabalho reprodutivo é de responsabilidade das mulheres, e o trabalho produtivo, dos homens.

A partir desses exemplos, observamos que há sentidos, idéias e concepções do que é ser mulher e homem que vão sendo construídos social, histórica e culturalmente no mundo do cotidiano em que vivemos. Essa construção social das relações de Gênero está fundamentada no patriarcado, que se baseia na idéia de uma hierarquia entre homens e mulheres e que influenciou e ainda influencia as instituições e normas da sociedade.

Patriarcado é a forma pela qual as sociedades organizam-se, reconhecendo na figura paterna, masculina, o princípio da vida e a primazia da autoridade e da propriedade. A partir dele, estruturam-se relações de trabalho e perspectivas paternalistas e patrimonialistas da sociedade. Essa é a base da organização da vida de muitas sociedades, norteadas pela idéia de que existiria uma superioridade física, psíquica, moral, religiosa, produtiva, artística e intelectual dos homens em relação às mulheres. Na organização social, essa perspectiva se expressa, de maneira mais ou menos radical,

na vida em sociedade, através da primazia do homem no poder. Na família, cabe ao pai e ao marido a definição dos destinos dos filhos, das filhas e da esposa. Na vida pública, cabe ao homem, o governo da religião e do Estado. Essa forma de vida patriarcalista do mundo tem como lógica a divisão da sociedade em dois espaços opostos: dois mundos intrinsecamente ligados por relações de poder, de dominação do espaço do homem sobre os espaços de vida da mulher.

- Espaço Privado: o mundo da família, da sobrevivência imediata, das relações amorosas, dos amigos, da sexualidade reprodutiva, um mundo de muito trabalho diversificado, como cuidar da saúde e educação dos filhos, lavar roupa, fazer comida, etc., que se atribui às mulheres.
- Espaço Público: o mundo da rua, do poder, do trabalho socialmente reconhecido, da produção do saber, da comunidade, da participação e da representação política, o mundo em que se decide sobre o bem comum pertence aos homens.

Muitos foram os avanços conquistados pelo movimento feminista no campo dos direitos das mulheres e das leis. Mas ainda é muito presente em nossa sociedade a cultura patriarcal, que se reproduz nas relações familiares, na relação com o Estado e nas relações de trabalho. Isso nos ajuda a entender por que as mulheres ainda ganham menos que os homens, desempenhando o mesmo trabalho, estão em maioria (sobretudo as mulheres negras) nos trabalhos mais precários e sofrem fortemente violência doméstica e sexual.

Dessa forma, o conceito de *Gênero* implica uma relação, isto é, nas sociedades em geral o feminino e o masculino são considerados opostos e complementares. Assim, podemos concluir que as relações de Gênero, em todas as sociedades, produzem uma distribuição desigual de poder entre as pessoas, de acordo com o seu sexo. No interior da sociedade capitalista, porém, essa diferença de sexo incorporou a desigualdade de classe e raça, em que as mulheres trabalhadoras negras são mais exploradas e desvalorizadas que as trabalhadoras brancas, e todas as mulheres ganham menos e são mais exploradas que os homens trabalhadores brancos.

Sendo Gênero uma construção social, ele não se apresenta sempre da mesma forma em todas as épocas e lugares, pois depende dos costumes de cada lugar, da experiência cotidiana das pessoas e das diferentes culturas e religiões de cada sociedade. Exemplo: a mutilação do clitóris das mulheres em algumas sociedades muçulmanas é permitida em nome da cultura religiosa.

Vimos até aqui que Gênero é uma categoria de análise que ajuda a explicar as desigualdades sociais e culturais, reconhecendo a existência de relações de poder entre homens e mulheres. Gênero é também um conceito político que explicita a opressão vivida pelas mulheres e propõe uma transformação dessas relações desiguais, a partir da organização política das mulheres, da mobilização, da concepção de mundo, das propostas e dos sentimentos das mulheres sobre a sociedade.

Considerar as relações sociais de Gênero em suas contradições e quanto aos atores coletivos que atuam para transformá-las nos remete ao Feminismo como pensamento e como movimento social organizado que interpela a sociedade.

Mas o que é o Feminismo?

Feminismo é o movimento social e político criado pelas mulheres e liderado pelas mulheres. Há mais de duzentos anos, esse movimento luta pelos direitos civis, políticos, sociais e econômicos das mulheres no mundo, reconhecendo-as como sujeitos da História e, portanto, com fala própria, com projetos próprios, capazes de construir sua autonomia política e econômica.

Com relação à economia solidária, essas diferenças de Gênero que a sociedade constrói para homens e mulheres trazem várias conseqüências, pois se reproduzem em desigualdades nas relações de trabalho. Parte-se de uma idéia de naturalizar uma Divisão Sexual do Trabalho, determinando o que é trabalho de mulher e o que é trabalho de homem.

Chegamos, neste momento, ao ponto central da questão deste caderno: a relação entre Trabalho, Economia Solidária e Gênero. Mas, antes de entrarmos nesse ponto, podemos, agora com uma melhor compreensão do que é Gênero, provocar algumas reflexões:

- Como a Economia Solidária, enquanto um projeto de desenvolvimento transformador da sociedade, poderá contribuir para o fim das desigualdades de Gênero?
- Como o Fórum Brasileiro de Economia Solidária e os fóruns estaduais estão ou não incorporando e enfrentando as desigualdades nas relações de Gênero nas suas ações, bandeiras e estruturas?

4. Economia solidária, gênero e mulheres

Inicialmente, é importante reconhecermos que o debate sobre Economia Solidária, Gênero e Mulheres ainda é pequeno e insuficiente diante da grande participação e contribuição das mulheres nas experiências de Economia Solidária. Essa constatação é, no mínimo, intrigante.

4.1. Dados obtidos do mapeamento nacional da Economia Solidária

Nos 14.954 Empreendimentos Econômicos Solidários, mapeados, a participação relativa dos homens é superior à das mulheres (64% homens e 36% mulheres). Esses dados requerem um maior tratamento no que se refere à realidade da participação das mulheres na Economia Solidária.

Se examinarmos a composição do quadro social dos empreendimentos, verificaremos que, quanto menor o seu tamanho, maior é a participação relativa das mulheres. As mulheres estão nos empreendimentos com menos de dez sócios, e os homens, nos empreendimentos com mais de vinte sócios.

As mulheres, porém, predominam em empreendimentos constituídos só por mulheres (16%), contra 11% de empreendimentos constituídos só por homens. E os demais empreendimentos (73%) são mistos.

O que se observa também é que as mulheres estão em maioria nos empreendimentos menores, considerados de "pequeno porte econômico".

Esses dados demonstram que, no interior dos Empreendimentos Econômicos Solidários, existe um potencial para organização das mulheres. Constata-se também a pouca aproximação do movimento de Economia Solidária com o movimento feminista e vice-versa, não incorporando, assim, nas suas agendas políticas, temas e questões fundamentais para ambos os movimentos. Portanto, a Economia Solidária deve assumir a agenda feminista de romper com a separação entre produção e reprodução, com a Divisão Sexual do Trabalho e alargar o que chamamos de *trabalho*.

Destacamos dois elementos fundamentais para a ação política desses dois movimentos:

- A superação da herança cultural do patriarcado.
- A superação da cultura econômica da exploração capitalista.

Pensar a Economia Solidária como um projeto de desenvolvimento passa necessariamente por se contrapor ao modelo hegemônico da economia capitalista e da cultura patriarcal. Pois esses modelos ameaçam a vida humana por considerarem apenas o trabalho que gera lucro e não reconhecerem como trabalho o cuidado, as atividades de manutenção e reposição das condições de vida, as quais são consideradas responsabilidades das mulheres (Nobre, no texto *Mulheres na Economia Solidária*, a partir das reflexões de Kurt).

Essa reflexão sobre patriarcado e capitalismo, inserida nas lutas da Economia Solidária e do Feminismo, nos leva a reconhecer a importância da centralidade do trabalho nesse debate. Para avançarmos, é preciso compreender a Divisão Social e a Divisão Sexual do Trabalho como importantes instrumentos de análise que estruturam as relações entre as pessoas.

A Economia Solidária se propõe a romper com a Divisão Social do Trabalho. Ou seja, a separação entre o proprietário dos meios de produção e a pessoa que vende sua força de trabalho, entre trabalho manual e intelectual. Em outras palavras, propõe o fim da relação patrão-empregado.

Na *I Conferência Nacional de Economia Solidária*, definimos a Economia Solidária como “[...] geradora de trabalho emancipado, operando como uma força de transformação estrutural das relações socioeconômicas, democratizando-as, superando a subalternidade do trabalho em relação ao capital”. Definimos também como um dos itens de trabalho emancipado “o trabalho que considera tanto a esfera do produtivo quanto a esfera do reprodutivo, sob pena de excluir parcela ativa responsável pelo cuidado das pessoas”.

Assim, podemos crer também que o movimento da Economia Solidária pode representar uma alternativa para fortalecer o rompimento com essa dicotomia de representação, de valorização do trabalho do homem e subordinação do realizado por mulheres. Essa é uma tarefa cotidiana de quem acredita nesse novo modelo de desenvolvimento, pois a Economia Solidária é um caminho possível para pensar a superação da Divisão Sexual do Trabalho se garantir uma abordagem feminista em todos os seus processos (Guérin em *As Mulheres e a Economia Solidária*).

Os registros históricos mostram que, desde as sociedades primitivas, as mulheres sempre estiveram presentes no trabalho produtivo e reprodutivo da humanidade. Elas cuidavam da lavoura e domesticavam os animais. A produção era coletiva, todas as pessoas, mulheres e homens, estavam sempre juntas, realizando a colheita em benefício da comunidade. Com a Revolução Industrial, as mulheres também estavam presentes, seja nas fábricas, seja nas vendas de mercadorias. Mas é importante destacar que, ao longo da história, o trabalho das mulheres foi sempre desvalorizado e invisível, dando assim, ao sistema capitalista, as condições de se fortalecer através da exploração do trabalho e do corpo das mulheres. Hoje podemos observar na televisão e nas revistas as mulheres sendo apresentadas como mercadorias de prazer sexual dos homens, como também associadas à venda de outros produtos de consumo masculino.

Ainda que se considerem as contribuições do século XIX (como a elaboração marxista sobre o trabalho), foi no século XX que se deu efetivamente uma nova dimensão ao conceito de trabalho, a partir do movimento feminista. O desenvolvimento desse conceito foi formalmente interpelado, nos anos 1970, com o desenvolvimento das pesquisas que introduziam a dimensão sexuada nas análises do trabalho. É a partir da problemática da Divisão Sexual do Trabalho que muitas estudiosas feministas iniciam uma reconstrução/desconstrução do conceito de trabalho: inclusão nas suas análises das categorias *Gênero*, *trabalho doméstico*, *trabalho não remunerado*, *não mercantil* e *informal*. Contestam a relação dicotômica entre produção e reprodução, trabalho profissional e trabalho doméstico. Levantam a prerrogativa de que *classe social*, *Gênero* e *raça* são categorias indissociáveis.

5. Divisão sexual do trabalho

Conceito de Trabalho:

É toda atividade desenvolvida pelas pessoas que transforma a natureza — demanda energia, força, tempo, afetos e cuidados e oferece bens e serviços úteis à reprodução humana.

Sendo assim, a atividade desenvolvida no espaço doméstico — de cuidar das crianças e dos idosos —, bem como a realizada pelas empregadas domésticas que vendem os seus serviços, é trabalho.

Esta é uma das grandes lutas do movimento feminista — valorização, socialização, reconhecimento e visibilidade do trabalho doméstico e de cuidado com as pessoas. Pois esse trabalho é fundamental para a reprodução da humanidade e deve ser reconhecido como trabalho pela economia. A solução para a valorização do trabalho do cuidado não está em estabelecer um espaço paralelo ao mercado, mas, sim, em pensar no cuidado com o outro, em construirmos uma vida melhor, em pensar na produção do viver (Guérin, em *As Mulheres e a Economia Solidária*).

Como todas as relações sociais, as relações de Gênero têm uma base material — no caso, o trabalho — e se exprimem através da Divisão Social do Trabalho entre os sexos, de maneira concisa: a Divisão Sexual do Trabalho.

A análise da Divisão Social do Trabalho a partir de uma análise de sexo, ou seja, da existência de uma Divisão Sexual do Trabalho é, hoje, fundamental para as análises sobre a situação da Economia Solidária e as relações de trabalho nas diferentes sociedades.

A Divisão Sexual do Trabalho tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva, como também a compreensão de que a esfera produtiva, determinada ao homem, recebe maior valor social e econômico e é, por conseguinte, mais valorizada nas sociedades. *Portanto, essa forma de Divisão Sexual do Trabalho parte da idéia de que há uma separação — existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres — e uma hierarquia, na qual o trabalho de um homem vale mais do que o trabalho de uma mulher.*

É importante entendermos que a Divisão Sexual do Trabalho tem sentidos muito diferentes e, muitas vezes, remete a uma abordagem apenas descritiva. Também precisamos entender e definir qual é a visão que nos interessa e que expressa, de fato, a realidade das mulheres.

A Divisão Sexual do Trabalho deve nos ajudar a compreender as relações entre mulheres e homens, configuradas por um sistema patriarcal que estabelece hierarquias entre as atividades desenvolvidas por ambos os sexos. Muito mais que constatar as desigualdades e apenas descrevê-las, a Divisão Sexual do Trabalho deve ser um instrumento de análise para abordar o problema da mudança, do rompimento dessa lógica, que vem reforçando as desigualdades entre os Gêneros e a opressão das mulheres. Portanto, é necessário que o Fórum Brasileiro de Economia Solidária e o conjunto do movimento de Economia Solidária incorporem a Divisão Sexual do Trabalho como um importante instrumento nas suas análises e propostas, visando contribuir para a superação das desigualdades nas relações de Gênero, tanto no âmbito das estruturas dos fóruns quanto na relação com as experiências de Economia Solidária.

A Economia Solidária poderá contribuir com a luta feminista à medida que romper com a naturalização da Divisão Sexual do Trabalho e valorizar o trabalho reprodutivo. Para isso, é preciso garantir a distribuição igualitária dos trabalhos na família, visibilizando o trabalho reprodutivo na sociedade como parte integrante e necessária da cadeia produtiva.

Um outro ponto importante para a Economia Solidária é a autogestão, que poderá ser uma importante estratégia de construção da autonomia das mulheres, executando novas práticas com equidade de Gênero e reconhecendo o espaço doméstico e as relações familiares como um espaço da produção da vida.

6. Algumas questões para refletir

- Quais são os encontros e desencontros entre o movimento feminista e o movimento da Economia Solidária?
- Analisar as relações de poder existentes nas relações de Gênero, no Fórum Brasileiro de Economia Solidária, nos fóruns estaduais e nas experiências de Economia Solidária.
- Qual é o lugar da mulher na Economia Solidária?
- Como a Economia Solidária tem contribuído para a redefinição do trabalho desenvolvido pelas mulheres?

Pensamos que existe um campo muito fértil para a construção de relações mais justas e igualitárias a partir da perspectivas da Economia Solidária.

Mas é necessário ampliar o olhar da Economia Solidária, tentando analisar o papel das mulheres, sua inserção nos grupos de produção; na organização; no acesso às finanças, à comercialização, ao consumo; e também construir instrumentos de ação que permitam acabar com as desigualdades entre homens e mulheres.

Como estão garantidos os direitos das mulheres nos grupos de produção: a licença-maternidade, a equidade dos rendimentos, a participação em todo o processo da cadeia produtiva, a participação nas decisões e na gestão? E a divisão do trabalho reprodutivo? Como se dá o acesso das mulheres às políticas públicas de crédito e de assistência técnica? Como estão pensadas as políticas públicas de Economia Solidária garantindo a perspectiva de Gênero?

Entre as bandeiras do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, destacamos a formação como estratégica, nesse momento, para a incorporação da dimensão de Gênero — tanto no âmbito interno, garantindo a temática *Gênero* nos processos de formação junto ao movimento de Economia Solidária, quanto na incorporação dessa temática nas políticas públicas de formação em Economia Solidária. É preciso também incorporarmos, tanto nos nossos discursos quanto nos nossos escritos, uma linguagem não sexista.

7. Indicando algumas conclusões

Acreditamos que as iniciativas de Economia Solidária podem criar espaços intermediários entre o privado/doméstico e a vida pública, entre o trabalho remunerado e o não remunerado, podendo contribuir para a superação desses bloqueios porque:

- Criam espaços de discussão, reflexão, deliberação e reivindicações coletivas — acesso à fala pública.
- Possibilitam a participação na transformação das instituições, da legislação e das normas sociais.
- Contribuem para redefinir articulações entre família, mercado, sociedade e Estado.

É fundamental, porém, que a revalorização das práticas de reciprocidade possa permitir a luta contra as desigualdades dentro da família e na vida profissional, possa focar no sujeito, no fortalecimento pessoal e na autonomia das pessoas, sobretudo das mulheres, e contribuir para o interesse de todas as pessoas, considerando suas diversidades.

A resolução dos problemas e dos conflitos deve garantir a lógica da proximidade entre as pessoas, da solidariedade, da autogestão e do seu protagonismo, pautada em uma justiça social de Gênero.

8. Desafios

O grande desafio está posto para todas as pessoas e todos os movimentos que acreditam e lutam pelas bandeiras *Um Outro Mundo É Possível* e *Uma Outra Economia É Possível*. É necessário construir um sistema econômico diferente, que garanta que a sociedade tenha o domínio sobre as riquezas, e não as riquezas sobre a sociedade; que assegure também outra qualidade nas relações entre homens e mulheres — superando as relações de poder dos homens sobre as mulheres, eliminando todas as formas de violência praticadas contra as mulheres —; e que seja capaz de superar o sistema econômico centrado no capital, substituindo-o por outro sistema centrado nas relações sociais humanas, na autonomia dos sujeitos e no trabalho autogerido.

Nós, que fazemos o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, estamos construindo um importante espaço de abertura para o enfrentamento das principais questões que impedem a construção do nosso projeto político. Reconhecer e combater os preconceitos e as relações desiguais de Gênero nesse âmbito deve ser uma principal bandeira de luta.

9. Referências bibliográficas

- GUÉRIN, Isabelle. **As Mulheres e a Economia Solidária**. São Paulo: Loyola, 2005.
- HIRATA, Helena. **Nova Divisão Sexual do Trabalho?** São Paulo: Boitempo, 2002.
- KERGOAT, Daniele. Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo. In: **Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres. Desafios para as Políticas Públicas**. São Paulo: Coleção Caderno da Coordenadoria Especial da Mulher 3, 2003.
- NOBRE, Miriam. **Mulheres na Economia Solidária** Texto de trabalho, mimeo, 2007.
- SANTOS, Graciete. **O Que é Gênero**. Texto de trabalho, mimeo. Casa da Mulher do Nordeste.
- SANTOS, Graciete e GÓES, Karla de. **Mulher e Trabalho**. Casa da Mulher do Nordeste. Recife, 2005.
- SANTOS, Graciete. **Economia Solidária e Feminismo: um Encontro Possível**. Texto de trabalho, mimeo, 2007.

REFLEXÕES SOBRE A ESTRUTURA DO FBES

1. Introdução

Uma das principais motivações para a realização da IV Plenária Nacional de Economia Solidária é a necessidade de refletirmos a respeito do FBES, sua estrutura e forma de funcionamento, para dar conta dos vários desafios apontados neste caderno, e resumidos nas várias bandeiras do movimento de Economia Solidária.

Podemos afirmar que o FBES deve articular duas dimensões em sua ação:

Representação e incidência na elaboração e acompanhamento de políticas públicas de Economia Solidária e no diálogo com outros movimentos sociais

Esta dimensão de representação e incidência tem exigido a busca de confluência entre as forças existentes no movimento de Economia Solidária e a participação ativa do FBES em GTs, Comitês, no Conselho e em outras instâncias de proposição e construção de políticas públicas.

Com um governo que apóia explicitamente a Economia Solidária, o desafio é o FBES conseguir acompanhar estas demandas de forma ativa e crítica, buscando o estabelecimento de compromissos e acordos entre as forças que hoje atuam na Economia Solidária.

Apoio ao fortalecimento do movimento de Economia Solidária, a partir das bases

As ações do FBES de animação, subsídios, potencialização e apoio ao fortalecimento do movimento ainda têm sido feitas de maneira mais tímida: os avanços foram mais na disponibilização e publicização de informações, na realização de encontros regionais, na consolidação de alguns fóruns regionais, no aumento de fóruns microrregionais e municipais, e na criação de algumas redes e cadeias.

Ainda há muito o que ser feito para que os fóruns municipais, regionais e estaduais sejam a força que move e pauta o FBES, e não o contrário, apontando para a Economia Solidária como perspectiva de desenvolvimento que abriu este caderno e que agrega as bandeiras e desafios nos eixos também abordados nesta publicação.

Um dos grandes desafios do FBES hoje é conseguir equilibrar estas duas dimensões. As Plenárias Estaduais e Nacional serão fundamentais, ao aprofundarem o debate sobre a concepção do FBES (a partir dos textos "FBES como instrumento do movimento" e "FBES como movimento social" do documento-base) e, com isso, definir melhor o peso e energia que o FBES deve dedicar para cada uma destas dimensões.

A Coordenação Executiva do FBES, a partir dos vários momentos de debate ocorridos sobre o tema (encontros regionais de reestruturação, VII reunião da Coordenação Nacional, seminários regionais rumo à IV Plenária, entre outros), se reuniu para contribuir com as reflexões sobre a estrutura do FBES, que seguem abaixo:

2. Segmentos

2.1. Empreendimentos de Economia Solidária

Ficou evidente a necessidade de se especificar as condições para que um empreendimento de Economia Solidária seja reconhecido enquanto tal no FBES, em seus níveis local e nacional.

Uma boa referência é a definição do Mapeamento, que diz que empreendimentos de economia solidária são organizações:

- **Coletivas** (organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como associações, cooperativas, empresas autogestionárias, clubes de trocas, redes, grupos produtivos, etc.).
- Seus participantes ou sócias/os são **trabalhadoras/es** dos meios urbano e/ou rural que exercem **coletivamente** a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados.
- São organizações **permanentes**, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e as que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas.
- Podem ter ou não um registro legal, prevalecendo a **existência real**. A forma jurídica não é o mais fundamental, mas sim **autogestão**.
- Realizam **atividades econômicas** que podem ser de produção de bens, prestação de serviços, de crédito (ou seja, de finanças solidárias), de comercialização e de consumo solidário.

É importante ressaltar que a **atividade fim** do empreendimento deve ser coletiva, ou seja, um empreendimento que seja simplesmente um “guarda-chuva” de trabalhadores autônomos que fazem suas atividades individualmente não deve ser considerado empreendimento solidário.

Sugerimos que os empreendimentos que não se enquadram nos critérios acima, tais como empreendimentos individuais e familiares, possam se incorporar aos Fóruns (local, microrregional e estadual) como **empreendimentos solidários potenciais**, mas não podem ser escolhidos como representações nas instâncias do Fórum. À medida que forem se incorporando, se articulando, podem fundar um empreendimento solidário ou se incorporar a algum existente.

Além dos critérios acima que definem as condições de reconhecimento, os Fóruns devem sempre estimular que os empreendimentos busquem ampliar suas articulações a fim de fortalecerem o movimento de ES, quanto às seguintes dimensões:

- Que os empreendimentos busquem se organizar em redes e cadeias de produção, comercialização e consumo solidários, conglomerados, entre outros;
- Que se articulem e participem de discussões mais amplas sobre desenvolvimento, ampliando sua ação política, tanto localmente (sua comunidade, bairro, cidade) quanto nos debates de nível nacional e internacional.

Deve-se amadurecer também formas alternativas de representações nos Fóruns: a estrutura dos Fóruns pode avançar para novas formas de organização, tais como a representação via redes de setor econômico ou territorial; a representação via cadeias; a representação via núcleos locais de articulação de empreendimentos e assessorias nos bairros e comunidades, entre outras possibilidades.

É importante definir como se farão representar as redes e cadeias nos Fóruns, principalmente as redes mistas (que tenham empreendimentos e entidades de assessoria). Por exemplo: uma rede mista entra no segmento de empreendimentos ou de entidades de assessoria? Ou será que entra como rede?

2.2. Entidades de Assessoria

Assim como no caso dos empreendimentos, uma referência importante é o mapeamento, que define entidade de assessoria como “organizações que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto junto aos empreendimentos solidários, tais como capacitação, assessoria, incubação, pesquisa, acompanhamento, fomento a crédito, assistência técnica e organizativa”.

Além desta definição, propomos como necessárias, dentro da realidade vivida pelos Fóruns, as seguintes condições para que uma entidade de assessoria integre e represente os Fóruns:

- Que os empreendimentos que assessoria participem do Fórum (local, municipal, regional, estadual ou nacional);
- Que suas atividades dentro do Fórum sejam permanentes, e não eventuais, pontuais ou corporativas;
- Que subsidie o Fórum na elaboração/fomento de políticas;
- Que baseie toda a sua metodologia de assessoria e apoio a empreendimentos solidários nas deliberações e acúmulos dos encontros, oficinas e seminários sobre Formação promovidos e articulados pelos Fóruns, como por exemplo, as deliberações da II Oficina Nacional sobre Formação em ES;
- Que assessore empreendimentos do Fórum na perspectiva do fomento/estímulo à constituição de redes e cadeias;
- Que componha, construa e fomente a Rede de Formadores Estadual, Regional e Nacional;

Da mesma forma que os empreendimentos, uma sugestão interessante é que as entidades de assessoria que, inicialmente, não incorporarem os critérios definidos acima, poderão integrar os Fóruns sob a condição de “assessorias em potencial”, e portanto não poderão candidatar-se a representante dos Fóruns em qualquer instância de representação.

Como o papel de representação de um Fórum Estadual na Coordenação Nacional é importante, sugerimos que a entidade que tiver este papel, só possa fazê-lo se incluir em seus projetos anuais ações e recursos dirigidos ao fortalecimento dos Fóruns e da Economia Solidária no Estado, ou então ser um animador para que as entidades de assessoria do Fórum façam projetos conjuntos neste sentido. Estes projetos devem ser elaborados de forma conjunta/coletiva com os Fóruns, a partir de um plano de trabalho do FEES.

2.3. Gestores públicos

Com base nas deliberações da III Plenária Nacional quanto à participação de gestores públicos nos Fóruns de Economia Solidária, de que os gestores públicos deveriam se articular em rede na contribuição ao movimento, sugerimos os seguintes critérios para a sua participação:

- Só podem se incorporar gestores públicos que estejam organizados em rede, e não de modo individualizado. Desta maneira, os gestores trazem um debate que não reflete apenas a sua atuação específica, mas o debate mais amplo de políticas públicas para a ES;

- Além disso, sugerimos que os Fóruns Estaduais não incorporem gestores públicos de nível estadual, apenas de nível municipal, pois a instância governamental de interlocução do Fórum Estadual é o governo estadual. Isso é o análogo ao que ocorre na Coordenação Nacional: A SENAES e outros órgãos federais do governo não entram no FBES, já que é com eles que o FBES faz a interlocução.

Enfatizamos a importância dos militantes da Economia Solidária que estão hoje atuando no poder público, e isso deve ser valorizado, pois se trata também de uma luta fundamental ao movimento. Por isso, são aliados estratégicos ao movimento, e se incorporam ao mesmo quando articulados coletivamente.

2.4. Movimentos Sociais

Podemos dizer que existem dois tipos de movimentos sociais quanto à abrangência de suas lutas:

- Um primeiro tipo se caracteriza se voltar a questões identitárias, a exemplo dos movimentos de defesa dos direitos da criança e do adolescente, étnico, de gênero, da reforma agrária, dentre outros;
- O segundo tipo é de ações e bandeiras focalizada em temas mais gerais, tais como os de oposição à Alca, pela Soberania Nacional, a Assembléia Popular, Jubileu Sul, entre outros.

É fundamental que cada Fórum (local, municipal, regional, estadual e nacional) defina de forma precisa suas **alianças** locais, estaduais e nacionais, e diferenciá-las das **parcerias**, que são pontuais. Nas plenárias estaduais, além de definir as bandeiras prioritárias, é fundamental definir as alianças estratégicas para a conquista de cada uma delas.

Neste sentido, propomos que os movimentos sociais não sejam considerados como um segmento do movimento de Economia Solidária, mas sim como aliados na construção de lutas comuns, a partir das pautas específicas a cada um. Neste sentido, é fundamental que cada fórum (desde o local ao nacional) defina sua agenda e dialogue com as outras agendas dos outros movimentos sociais, em prol da transformação social e mudança na perspectiva de desenvolvimento do país.

Uma exceção a esta afirmação podem ser os movimentos que envolvem atores com ações explicitamente econômicas, tais como o movimento de catadores, de pescadores, de artesãos, entre outros. Neste caso, devemos refletir **sobre** como estes movimentos ligados a ramos econômicos se incorporam aos Fóruns locais e nacional.

3. Instâncias da estrutura

3.1. Fóruns Estaduais

Temos hoje 27 fóruns estaduais de Economia Solidária no país. Entretanto, temos que admitir que há fóruns mais consolidados e outros com grande fragilidade, tanto estrutural quanto política. Para sabermos diferenciar e avaliar a situação de cada Fórum Estadual, é fundamental definir quais os critérios que devem ser levados em consideração.

Sugerimos os seguintes critérios para avaliar a situação de um Fórum Estadual:

- Quantidade de fóruns microrregionais e/ou locais estruturados, consolidados e com participação ativa no Fórum Estadual;
- Democracia interna nas tomadas de decisão (reuniões, atas, plenárias periódicas, entre outros);

- Quantidade de empreendimentos solidários efetivamente atuantes no Fórum Estadual e locais/municipais/regionais (esta quantidade deve tomar como referência a quantidade de empreendimentos mapeados no estado);
- Quantidade de entidades de assessoria efetivamente atuantes e comprometidas com o Fórum Estadual e locais/municipais/regionais (esta quantidade deve tomar como referência a quantidade de entidades mapeadas no estado);
- Articulação com outros atores do território em torno da construção de propostas e lutas, a partir da perspectiva do desenvolvimento local, conhecendo e se envolvendo com a conjuntura dos movimentos sociais, das lutas e dos problemas enfrentados no campo de atuação da ES.;
- Orientação de suas ações e mobilizações em torno das bandeiras do movimento de economia solidária;
- Ser um espaço que aglomere diferentes forças e sujeitos do campo da ES na sua região de abrangência;
- Proposição de políticas públicas na sua região de abrangência e contribua na proposição de políticas públicas em nível nacional;
- Implantação e manutenção de um cadastro dos empreendimentos, entidades e redes do FEES;
- Constituição e manutenção de um fundo de manutenção do Fórum, com contribuições de seus integrantes;
- Ser um espaço de formação dos militantes da ES;
- Composição diversa, com a presença e compromisso dos diversos atores da Economia Solidária na sua região de abrangência;
- Garantir que cada empreendimento, cadeia, rede ou entidade de assessoria que venha a receber apoio financeiro devido a políticas públicas para o setor da Economia Solidária busque retornar uma porcentagem dos recursos adquiridos para o Fórum;
- Ser apenas um Fórum Estadual no estado.

Sugerimos que estes critérios orientem as ações de fortalecimento dos Fóruns Estaduais, de acordo com as fragilidades e necessidades de cada um. Não se trata de critérios de exclusão, mas apenas índices para acompanharmos o crescimento e evolução do movimento no país.

3.2. Entidades e Redes Nacionais

A Coordenação Nacional é composta por representações dos 27 Fóruns Estaduais e de 16 Entidades e Redes Nacionais. A contribuição das entidades nacionais não pode ser negada, muito pelo contrário, tem sido fundamental à consolidação do FBES. Entretanto, a natureza e compromisso das entidades nacionais varia muito, e não tem havido uma avaliação mais direta de sua participação na Coordenação Nacional do FBES.

Até hoje, as entidades e redes nacionais são fixas, o que não pode mais continuar: é fundamental que a presença de Entidades e Redes Nacionais na Coordenação Nacional do FBES seja sujeita a critérios bem definidos, sem existência de “cadeira cativa”, de modo que a qualquer momento uma entidade ou rede saia do FBES ou seja incorporada.

Podemos dizer que existem três características de entidades e redes nacionais que são importantes ao FBES:

- **Ação territorial:** são entidades ou redes com presença nos estados, regiões e municípios com capilaridade nos territórios;

- **Reflexões e pesquisas em Economia Solidária de nível nacional e internacional:** são entidades ou redes que, mesmo sem ter “base territorial”, contribuem com o movimento com pesquisas e reflexões da conjuntura nacional e internacional de Economia Solidária;
- **Ação internacional:** são entidades ou redes com importante atuação nas redes internacionais de economia solidária e comércio justo, especialmente as latinoamericanas;

Uma mesma entidade ou rede pode ter mais de uma das três características acima. Mas não basta ter estas características para fazer parte da Coordenação Nacional. Sugerimos que haja outros critérios que garantam seu compromisso com o FBES e o movimento de ES. Seguem abaixo algumas propostas de critérios:

- incorporar o apoio ao FBES e/ou Fóruns Estaduais/Locais nos seus projetos e captação de recursos;
- para as entidades que têm atuação territorial:
 - que na grande maioria dos estados e regiões em que a entidade **tenha ações** seja comprovada a sua atuação e apoio efetivo ao Fórum Estadual ou Local;
 - que a entidade atue em uma quantidade mínima de estados ou macrorregiões (a ser definida!);
- para as entidades de ação internacional:
 - que contribuam efetivamente nas articulações internacionais em nome do FBES, e não de maneira exclusivamente institucional;
 - que apoiem o FBES na captação de recursos internacionais;
- para as entidades de reflexão e pesquisas:
 - que contribuam efetivamente com o FBES com proposições, análise de conjuntura, estudos e outros subsídios ao movimento;
- não ver o FBES apenas como um meio de projeção institucional, mas sim como espaço para a construção de confluências e proposição de políticas públicas;

Outros critérios podem ser pensados no sentido de qualificar a participação das entidades e redes nacionais na Coordenação Nacional do FBES. Além disso, deve-se refletir sobre os critérios para a participação de redes e cadeias temáticas, setoriais ou econômicas também, que contribuirão para que o FBES avance também na dimensão econômica em suas deliberações e ações.

3.3. Coordenação Nacional

A Coordenação Nacional tem hoje a participação de 97 representantes, o que torna as suas reuniões extremamente caras e difíceis de realizar periodicamente com tamanha frequência. Por outro lado, há a importância de que esta instância consiga incorporar em sua composição a diversidade de vozes e forças políticas atuantes no movimento de Economia Solidária.

Isto traz um grande desafio. Sugerimos duas possibilidades neste sentido:

- **Reduzir a periodicidade de reuniões:** hoje há duas reuniões da Coordenação Nacional por ano. Uma opção é fazer uma reunião a cada ano ou a cada dois anos, mantendo o seu tamanho atual, ou até mesmo aumentando-o;
- **Reduzir o tamanho:** outra opção é manter a periodicidade de duas reuniões por ano, mas reduzir o seu tamanho. Por exemplo, reduzir para dois representantes por estado (um de empreendimento e um de assessoria) e reduzir a quantidade de entidades e redes nacionais.

3.4. Coordenação Executiva

A criação da Coordenação Executiva foi um avanço com relação ao Conselho Interlocutor, que existia antes. A sua composição, de 13 representantes, parece ser um tamanho razoável, mas há o problema de que todos/as integrantes são voluntários e militantes em seus espaços de atuação, o que dificulta a dedicação à tomada de decisões crescente com o aumento das demandas e responsabilidades do FBES.

Neste sentido, uma possibilidade é que, das 13 representações, uma certa quantidade seja liberada para se dedicar integralmente à ação política do FBES. Um exemplo é a liberação de 5 pessoas, uma de cada região brasileira, com acúmulos em cada um dos eixos fundamentais do FBES. Assim, estas pessoas ao mesmo contribuiriam com a articulação regional e com o subsídio ao movimento nas temáticas fundamentais ao movimento, expressos nos eixos apresentados neste caderno.

3.5. Secretaria Executiva

A Secretaria Executiva Nacional tem prestado um serviço importante ao FBES, mas muitas vezes está sobrecarregada de demandas, tendo em alguns casos que atuar também politicamente, o que é reflexo da ausência de pessoas liberadas da coordenação executiva, conforme apontado acima.

Dadas as imensas demandas, uma proposta é que a secretaria executiva aumente, e fique, como hoje está, subordinada à Coordenação Nacional e à Coordenação Executiva. Além disso, o papel da secretaria executiva para apoiar a consolidação de secretarias executivas estaduais pode ser incorporado para que, em cada vez mais estados haja secretarias executivas estaduais fortes e capazes de apoiar os Fóruns Estaduais.

3.6. Grupos de Trabalhos (GTs)

Até hoje, os GTs foram mistos, ou seja, são Grupos de Trabalho da Economia Solidária, com participação do FBES e da SENAES. Com a criação do Conselho Nacional de Economia Solidária, existem as Câmaras Temáticas, que cumprem este papel.

A questão é: o FBES deve criar GTs próprios?

Uma proposta é que esta ferramenta continue existindo, mas com tarefas bem definidas, de caráter provisório. Em outras palavras, os GTs podem ser criados para apoiar a Coordenação Nacional do FBES para alguma tarefa específica, e serem dissolvido após o cumprimento da mesma.

Desta forma, não ficaremos com uma estrutura "espelhada" do Conselho, o que poderia acarretar em GTs esvaziados, pois as mesmas pessoas estariam tanto no GT do FBES quanto no Comitê Temático equivalente no Conselho.